



**INSTITUTO SUPERIOR  
POLITÉCNICO DO PORTO**



**INSTITUTO  
SUPERIOR  
DE CONTABILIDADE  
E ADMINISTRAÇÃO  
DO PORTO**

# **A Utilidade da Demonstração de Fluxos de Caixa na Ótica dos Técnicos Oficiais de Contas**

**Ana Luísa Magalhães Fonseca**

**Dissertação apresentada ao Instituto de Contabilidade e Administração do  
Porto para a obtenção do grau de Mestre em Contabilidade e Finanças**

Orientada por: Doutor Carlos Quelhas Martins

Porto, abril de 2014





INSTITUTO SUPERIOR  
POLITÉCNICO DO PORTO



INSTITUTO  
SUPERIOR  
DE CONTABILIDADE  
E ADMINISTRAÇÃO  
DO PORTO

# **A Utilidade da Demonstração de Fluxos de Caixa na Ótica dos Técnicos Oficiais de Contas**

**Ana Luísa Magalhães Fonseca**

Orientada por: Doutor Carlos Quelhas Martins

Porto, abril de 2014

## Resumo

O tema Fluxos de Caixa tem cada vez mais importância nas empresas e no relato financeiro das mesmas. Com a entrada em vigor do Sistema de Normalização Contabilística em 2010, tornou-se obrigatória a apresentação da Demonstração de Fluxos de Caixa nas Demonstrações Financeiras das empresas que adotem o regime geral.

Segundo a Norma Contabilística e de Relato Financeiro 2 – Demonstração de Fluxos de Caixa, nos seus parágrafos 7 e 8, a Demonstração de Fluxos de Caixa “*deve relatar os fluxos de caixa durante o período classificados por atividades operacionais, de investimento e de financiamento. A classificação por atividades proporciona informação que permite aos utentes determinar o impacto dessas atividades na posição financeira da entidade e nas quantias de caixa e seus equivalentes*”. Possibilita a avaliação das empresas, a deteção de sinais de fragilidade e ajuda a decidir qual o melhor caminho a seguir.

O objetivo central deste trabalho consiste em evidenciar a importância e utilidade da Demonstração de Fluxos de Caixa para os profissionais de contabilidade e para os utilizadores da informação financeira, na ótica dos Técnicos Oficiais de Contas, e será alcançado através de um questionário a este grupo de profissionais.

Os resultados obtidos permitiram-nos aferir que os Técnicos Oficiais de Contas consideram esta Demonstração Financeira importante e atribuem-lhe a utilidade que efetivamente representa, isto é, consideram-na uma peça indispensável para a gestão de tesouraria como para a gestão operacional, financeira ou de investimentos de qualquer empresa. Contudo, na sua opinião, esta Demonstração é ainda pouco valorizada pelos utilizadores da informação financeira.

**Palavras chave:** Fluxos de Caixa, Demonstração de Fluxos de Caixa, SNC, NCRF 2, TOC's, Gestão, Planeamento, Controlo

## Abstract

The theme of Cash Flow has become increasingly important in business and financial reporting of companies. With the entry into force of Accounting Standard System in 2010, became mandatory submission of the Statement of Cash Flows in the Financial Statements of companies that adopt the general scheme.

According to the Accounting Standards and Financial Reporting 2 – Statement of Cash Flows, the Statement of Cash Flows “*should report flows during the period classified by operating, investing and financing activities. Classification by activity provides information that allows users to assess the impact of those activities on the financial position of the entity and the amount of cash and cash equivalent*”. Enables the evaluation of the companies, the detection of weak signals and help decide the best way forward.

The aim of this paper is to emphasize the importance and usefulness of Statement of Cash Flows for the accounting professionals and users of financial information, in the view of Accountants, and it will be achieved through a questionnaire to this group of professionals.

The results allowed us to check that the Accountants consider this Financial Statement important and attributed the utility that it effectively represents, this is, consider it an indispensable piece of managing both treasury and operational management, financial or investment in any company. However, in their opinion, this Financial Statement is yet little-appreciated by the users of financial information.

**Key words:** Cash Flows, Statement of Cash Flows, SNC, NCRF 2, TOC's, Management, Planning, Control

## **Agradecimentos**

Agradeço à minha família pelo esforço e coragem que sempre me transmitiram e pela disponibilidade em cooperar quando precisei.

Ao Professor Doutor Carlos Quelhas Martins pela orientação prestada, pelo apoio, sugestões e opiniões emitidas que muito me ajudaram a avançar.

À Associação Portuguesa das Empresas de Contabilidade e Administração (APECA), em particular ao seu Presidente, Sr. Fernando Silva, pela autorização dada para que o questionário fosse entregue nas suas ações de formação e assim tornar este estudo realizável.

A todas as pessoas que direta ou indiretamente contribuíram para que este trabalho fosse possível.

MUITO OBRIGADA!

*“O sucesso é a soma de pequenos esforços, repetidos dia após dia.”*

(Robert Joseph Collier – editor do Colliers Weekly, instituiu o prémio Collier)

## Índice de Abreviaturas

AICPA – *American Institute of Certified Public Accountants*

APB – *Accounting Principles Board*

APECA – Associação Portuguesa das Empresas de Contabilidade e Administração

CSC – Código das Sociedades Comerciais

CLC – Certificação Legal de Contas

DC – Diretriz Contabilística

DL – Decreto-Lei

DFC – Demonstração de Fluxos de Caixa

DF's – Demonstrações Financeiras

DOAF – Demonstração de Origens e Aplicação de Fundos

DR – Demonstração dos Resultados

EC – Estrutura Conceptual

FASB – *Financial Accounting Standards Board*

FC – Fluxos de Caixa

IASB – *International Accounting Standards Board*

IFRS – *International Financial Reporting Standards*

MOAF – Mapa de Origens e Aplicação de Fundos

N.º – Número

NCRF – Norma Contabilística e de Relato Financeiro

NI – Normas Interpretativas

NIC – Norma Internacional de Contabilidade

PE – Pequenas Entidades

POC – Plano Oficial de Contabilidade

SNC – Sistema de Normalização Contabilística

TOC's – Técnicos Oficiais de Contas

UE – União Europeia



## Índice geral

Índice geral .....	9
Introdução .....	12
1. Contextualização .....	17
1.1. Harmonização e Normalização Contabilística.....	17
1.2. O Sistema de Normalização Contabilística.....	19
1.3. Estrutura Conceptual.....	21
1.4. Enquadramento histórico da Demonstração de Fluxos de Caixa .....	28
2. Enquadramento teórico .....	30
2.1. NCRF 2 – Demonstração de Fluxos de Caixa .....	30
2.1.1. Apresentação de uma Demonstração de Fluxos de Caixa.....	31
2.1.2. Fluxos de Caixa das Atividades Operacionais .....	31
2.1.3. Fluxos de Caixa das Atividades de Investimento.....	32
2.1.4. Fluxos de Caixa das Atividades de Financiamento .....	33
2.1.5. Relato de fluxos de caixa.....	34
2.2. A IAS 7 – a norma de referência .....	38
2.3. A Utilidade da Demonstração de Fluxos de Caixa .....	39
2.3.1. O porquê da utilização desta Demonstração Financeira.....	39
2.3.2. Vantagens e Desvantagens da DFC.....	42
3. Metodologia .....	45
3.1. Hipóteses do Estudo.....	45
3.2. Técnicas Estatísticas Utilizadas .....	46
4. Estudo Empírico.....	47
4.1. Caracterização da Amostra .....	47
4.2. Análise e Apresentação dos Resultados.....	47
5. Discussão dos Resultados.....	65
Conclusões.....	67
Referências Bibliográficas.....	69
Anexo - Questionário .....	74

## Índice de figuras

Figura n.º 1 – A Estrutura Conceptual.....	27
Figura n.º 2 – Métodos de elaboração das Atividades Operacionais da DFC.....	35
Figura n.º 3 – Métodos de elaboração das restantes atividades da DFC.....	35

## Índice de quadros

Quadro n.º 1 – Resultado da resposta à pergunta n.º 1.....	47
Quadro n.º 2 – Resultado da resposta à pergunta n.º 2.....	48
Quadro n.º 3 – Resultado da resposta à pergunta n.º 3.....	49
Quadro n.º 4 – Resultado da resposta à pergunta n.º 4.....	50
Quadro n.º 5 – Resultado da resposta à pergunta n.º 5.....	51
Quadro n.º 6 – Resultado da resposta à pergunta n.º 6.....	52
Quadro n.º 7 – Resultado da resposta à pergunta n.º 7.....	53
Quadro n.º 8 – Resultado da resposta à pergunta n.º 8.....	54
Quadro n.º 9 – Resultado da resposta à pergunta n.º 9.....	55
Quadro n.º 10 – Resultado da resposta à pergunta n.º 10.....	56
Quadro n.º 11 – Resultado da resposta à pergunta n.º 11.....	57
Quadro n.º 12 – Resultado da resposta à pergunta n.º 12.....	58
Quadro n.º 13 – Resultado da resposta à pergunta n.º 13.....	59
Quadro n.º 14 – Resultado da resposta à pergunta n.º 14.....	60
Quadro n.º 15 – Resultado da resposta à pergunta n.º 15.....	61
Quadro n.º 16 – Resultado da resposta à pergunta n.º 16.....	62

## Índice de gráficos

Gráfico n.º 1 – Representação gráfica do resultado da resposta à pergunta n.º 1.....	48
Gráfico n.º 2 – Representação gráfica do resultado da resposta à pergunta n.º 2.....	49
Gráfico n.º 3 – Representação gráfica do resultado da resposta à pergunta n.º 3.....	50
Gráfico n.º 4 – Representação gráfica do resultado da resposta à pergunta n.º 4.....	51
Gráfico n.º 5 – Representação gráfica do resultado da resposta à pergunta n.º 5.....	52
Gráfico n.º 6 – Representação gráfica do resultado da resposta à pergunta n.º 6.....	53
Gráfico n.º 7 – Representação gráfica do resultado da resposta à pergunta n.º 7.....	54
Gráfico n.º 8 – Representação gráfica do resultado da resposta à pergunta n.º 8.....	55
Gráfico n.º 9 – Representação gráfica do resultado da resposta à pergunta n.º 9.....	56
Gráfico n.º 10 – Representação gráfica do resultado da resposta à pergunta n.º 10.....	57
Gráfico n.º 11 – Representação gráfica do resultado da resposta à pergunta n.º 11.....	58
Gráfico n.º 12 – Representação gráfica do resultado da resposta à pergunta n.º 12.....	59
Gráfico n.º 13 – Representação gráfica do resultado da resposta à pergunta n.º 13.....	60
Gráfico n.º 14 – Representação gráfica do resultado da resposta à pergunta n.º 14.....	60
Gráfico n.º 15 – Representação gráfica do resultado da resposta à pergunta n.º 15.....	61
Gráfico n.º 16 – Representação gráfica do resultado da resposta à pergunta n.º 16.....	62

## Introdução

### Revisão da Literatura

Ao longo dos anos, apesar do esforço em abordar esta temática, os artigos científicos sobre esta matéria ainda são escassos.

Desde os anos 50 que existem artigos e livros sobre a Demonstração de Fluxos de Caixa (DFC) e assuntos relacionados. No ano de 1961, o *American Institute of Certified Public Accountants* (AICPA) publicou um estudo de pesquisa contabilística intitulado "Análise dos Fluxos e o Mapa de Origens e Aplicação de Fundos" que deu origem à Opinião n.º 3 "O Mapa de Origens e Aplicação de Fundos" da autoria do *Accounting Principles Board* (APB).

Em 1971, o APB publicou a Opinião n.º 19, onde considerava que um mapa financeiro devia ser divulgado para preencher as lacunas entre o Balanço, a Demonstração dos Resultados (DR) e a aplicação dos resultados.

Em 1996, em Portugal, após a adoção do Plano Oficial de Contabilidade (POC) e da Demonstração dos Fluxos de Caixa, Caiado e Gil publicaram o livro "Conceção de uma base de dados para a elaboração da Demonstração dos Fluxos de Caixa", onde consideram que esta demonstração deveria auxiliar os utilizadores da informação financeira a aceder a informações relativas à:

- Capacidade das empresas gerarem Fluxos de Caixa (FC) no futuro;
- Capacidade das empresas solverem os compromissos e pagarem dividendos;
- Relação entre o resultado dos documentos de prestação de contas e os fluxos líquidos de caixa originados pelas atividades operacionais, de investimento e de financiamento;
- Explicação das variações ocorridas na situação financeira entre o início e o final de um exercício contabilístico.

Magalhães e Martins (2010) consideram que esta proporciona informações acerca dos efeitos do dinheiro nas operações operacionais, de investimento e de financiamento num determinado exercício e Carlos Spadin (2008) considera a DFC um importante instrumento

de apoio ao processo de decisão devido ao facto dos gestores necessitarem de informações voltadas para o planeamento dos recursos financeiros a fim de se evitar excessos ou insuficiências.

Marisa Borges, Sandra Nunes e Maria Alves publicaram na Revista Universo Contábil em 2012, um artigo onde o objetivo era evidenciar a importância da análise dos rácios financeiros obtidos através da DFC em comparação com os rácios obtidos através do Balanço e da DR. Com os dados extraídos dos Relatórios e Contas de 82 empresas demonstraram que a DFC deve ser utilizada em conjunto com as restantes Demonstrações Financeiras (DF's) para uma melhor tomada de decisão, pois a DFC *“permite identificar a capacidade da empresa gerar e utilizar os meios monetários de forma adequada (...), verificar a liquidez de uma empresa e prever futuros problemas de caixa”*.

No entanto, em 2002, Helen Kwok apresentou no *The International Journal of Accounting* um artigo científico onde estudou o efeito desta demonstração nas decisões dos credores. Concluiu que estes, na altura de decidirem se concedem ou não um empréstimo a uma empresa, não analisam esta demonstração, tendo apenas em conta o Balanço e a DR. Helen Kwok apresentou razões que justificam estes factos: o Balanço e a DR baseiam-se no princípio do acréscimo, enquanto a DFC pelo método direto baseia-se na base de caixa; falta de formação sobre a DFC e a sua utilidade. Sugeriu o desenvolvimento de mais informação sobre esta demonstração e a sua análise e que se determinasse a apresentação desta apenas pelo método direto, como é regra em Portugal desde 2010 com a entrada em vigor do Sistema de Normalização Contabilística (SNC).

Mas até à data, a DFC poderia ser elaborada através de dois métodos: o método direto e o método indireto. Caiado e Gil (1996) consideram que a forma mais correta de elaboração da DFC é através do método direto, assim como Santos (2004) que é da opinião que o método direto proporciona informação de maior qualidade. Silva e Martins (2012) também se referem ao método direto como o mais adequado, pois a informação pode ser útil na estimativa de fluxos de caixa futuros.

McInnis e Collins (2011) no *Journal of Accounting and Economics* elaboraram um estudo onde concluíram que as empresas ao efetuarem previsões dos lucros e dos fluxos de caixa

aumentam a transparência e a qualidade dos acréscimos operacionais melhora de maneira a superarem os ganhos.

Em 1997, Hertenstein e McKinnon publicaram um artigo na *Business Horizons* cujo título em português tem a seguinte tradução: Resolver o Puzzle da Demonstração dos Fluxos de Caixa. Neste artigo, as autoras consideram esta demonstração uma das mais úteis das DF's e que ao ser analisada de maneira lógica "*pode iluminar um tesouro de pistas*" de como a empresa está a gerir os seus recebimentos e pagamentos, como está a pagar o seu crescimento e como utiliza os seus fluxos de caixa. Ao longo deste artigo, explicam como se elabora uma DFC pelos dois métodos e como se deve analisar e interpretar os dados por ela fornecidos.

Mais atual, Silva e Martins (2012) também mostram como se deve proceder à elaboração desta demonstração através de casos práticos pelo método direto e pelo método indireto.

Em conclusão, a DFC é uma demonstração financeira relativamente recente, mas cujo objetivo (perspetiva de fluxos de dinheiro) tem interesse desde o início do comércio mundial. Verificamos, por esta revisão da literatura, que livros e artigos desde 1961 até à data entendem que esta demonstração é útil para os utilizadores da informação financeira, sejam eles gestores, administradores, investidores, colaboradores, Estado, e que através dela podem retirar-se muitas conclusões, no entanto todos são da opinião que a Demonstração de Fluxos de Caixa deve ser analisada em conjunto com as outras Demonstrações Financeiras, visto que apresenta limitações.

## **Motivação**

A escolha do tema deste trabalho suscitou interesse, em virtude da minha experiência profissional ter-me mostrado que a DFC não é devidamente utilizada pelos gestores das empresas, apesar da informação que contém, e que existem dificuldades em elaborar e analisar esta demonstração. Com este trabalho pretende-se realçar a importância dos FC, como instrumento de planeamento e controlo financeiro e de apoio nas tomadas de decisões no dia-a-dia das empresas e, assim, contribuir para o aperfeiçoamento do desempenho de quantos exercem funções na área financeira, com vista à melhoria dos seus

serviços. Os Técnicos Oficiais de Contas (TOC's) através do questionário irão evidenciar qual a utilidade que atribuem os profissionais de contabilidade, os seus clientes e os gestores das empresas onde exercem funções a esta demonstração, assim como as dificuldades que encontram na sua elaboração.

## Objetivos

De seguida são apresentadas as razões que motivaram a escolha deste tema para dissertação:

- A crescente necessidade de informação rápida, adequada, verdadeira e relevante para a tomada de decisão leva à procura e ao estudo de novas abordagens contabilísticas;
- O estudo da DFC, inserido num contexto de utilidade, como elemento fundamental da informação contabilística e financeira;
- A determinação do resultado líquido não fornece um indicador seguro da capacidade de gerar dinheiro, pois a contabilidade em regime de acréscimo pode ser subjetiva face aos fluxos de caixa das empresas. De acordo com Drucker (1992, pág. 174-175) *“há muito tempo que uma empresa pode operar sem lucros por muitos anos, desde que possua um fluxo de caixa adequado. O oposto, porém, não é verdade. (...) Um aperto de liquidez costuma ser mais prejudicial que um aperto nos lucros”*;
- Os FC revelam a capacidade das empresas para responder às necessidades de caixa operacionais, de investimento e de financiamento, sendo por isso uma demonstração fiável para os utilizadores da informação financeira e que complementa o Balanço e a Demonstração dos Resultados na análise das empresas;
- Verificar, através de profissionais de contabilidade, qual a utilidade e importância dada a esta demonstração.

Espera-se que este trabalho mostre que a Demonstração de Fluxos de Caixa é um elemento informativo essencial para a gestão e avaliação das entidades e que tem razão de ser a sua obrigatoriedade de apresentação como parte integrante nas DF's das empresas.

## **Metodologia**

A metodologia a adotar neste trabalho é essencialmente qualitativa na parte de revisão teórica e quantitativa na parte do tratamento e processamento dos resultados dos questionários.

## **Estrutura**

Nesta introdução, começamos por fazer uma revisão da literatura para conhecermos o que os autores e especialistas têm escrito sobre este tema, assim como apresentamos as motivações e os objetivos desta dissertação.

De seguida, será feito um enquadramento histórico da DFC e analisaremos a norma em vigor relativa a este tema, a Norma Contabilística e de Relato Financeiro (NCRF) 2, no que respeita ao âmbito, objetivos, componentes, atividades e relato dos fluxos de caixa. Além de todo o estudo da norma, neste capítulo faremos também uma comparação com a Norma Internacional de Contabilidade (NIC) de referência, a IAS 7.

Depois mostraremos a importância e utilidade da DFC e apresentaremos as vantagens e limitações desta demonstração.

Posteriormente, abordaremos a parte metodológica, com a construção das hipóteses de estudo e uma breve explicação das técnicas estatísticas utilizadas.

Na análise do estudo empírico, faremos a caracterização da amostra e será efetuado o diagnóstico sobre a importância e utilidade da DFC na ótica dos TOC's, sendo apresentados os resultados dos questionários após o tratamento de dados e as principais conclusões.

E por fim, apresentaremos as conclusões gerais deste trabalho.



# 1. Contextualização

## 1.1. Harmonização e Normalização Contabilística

Com a crescente internacionalização e globalização da economia, dos mercados de capitais e das empresas, tornou-se importante a harmonização e normalização contabilística internacional, de modo a facilitar a comparabilidade das Demonstrações Financeiras pelos utilizadores da informação financeira. A União Europeia (UE) e o *International Accounting Standards Board* (IASB) foram os organismos que mais se dedicaram ao processo de harmonização e normalização contabilística.

A Harmonização e Normalização Contabilísticas procuraram ao longo do tempo a redução da diversidade contabilística de modo a facilitar a análise das DF's. Enquanto a Normalização visa a uniformidade e a aplicação rígida das normas, a Harmonização pretende o aumento da comparabilidade da informação financeira e das práticas contabilísticas e assenta na flexibilidade relativa.

Desde 1927 que o processo de Normalização tem vindo a ser desenvolvido, contribuindo muitos autores para esse propósito, como por exemplo Lopes de Sá. A Harmonização surgiu nos EUA em 1904 e teve início com a organização de congressos mundiais para os profissionais de contabilidade. Já no século XX, vários organismos, públicos e privados, envolveram-se neste processo: IASB, IFAC, IOSCO, OCDE, ONU, UE.

O IASB, fundado em 1973, tem como objetivo principal a emissão das Normas Internacionais de Contabilidade e das Normas Internacionais de Relato Financeiro (NIRF). Nos processos de Normalização e Harmonização as suas ações desenvolveram-se em múltiplas frentes: mercado de capitais, UE e *Financial Accounting Standards Board* (FASB) norte-americano.

No que respeita à UE, foi longo o percurso no sentido da Harmonização e está dividido em três etapas, cada uma associada à utilização de um instrumento legal:

🌀 1ª Etapa – de 1970 até 1990, foram emitidas diversas Diretivas Comunitárias, de realçar:

- IV Diretiva – 78/660/CEE, de 25/07/1978 – Contas Anuais e certas formas de sociedades;

- VII Diretiva – 83/349/CEE, de 13/06/1983 – Contas Consolidadas;
- 🌀 2ª Etapa – de 1990 a 1995, foi uma etapa de reflexão sobre a estratégia de Harmonização Contabilística da UE;
- 🌀 3ª Etapa – após 1995. Esta etapa caracteriza-se pela emissão de comunicações onde foi decidido que a estratégia passaria por aproximar a UE ao IASB. Em 2001 (27/09), foi emitida a Diretiva 2001/65/CEE, Diretiva do Justo Valor, e em 2002 (19/07) o Regulamento n.º 1606/2002 que foi a concretização da estratégia. Os objetivos deste regulamento são a adoção e utilização das normas internacionais de contabilidade, harmonizar as informações financeiras apresentadas pelas sociedades com títulos admitidos à cotação, assegurar um elevado grau de transparência e de comparabilidade das DF's e contribuir para o funcionamento do mercado de capitais da Comunidade e do mercado interno.

Após 2002, no seguimento do Regulamento acima referido, em Portugal foi publicado o Decreto-Lei (DL) n.º 35/2005 de 17 de fevereiro, que obrigou as empresas cotadas em bolsa a adotarem as NIC na elaboração das contas consolidadas, sendo facultativa a sua adoção para as contas individuais, desde que incluídas na consolidação e fossem objeto de Certificação Legal de Contas (CLC). As empresas não cotadas, cujas DF's fossem objeto de CLC poderiam também adotar as NIC na preparação e apresentação das DF's. Podemos concluir, que nesta fase, a adoção das NIC/NIRF era apenas obrigatória para as empresas cotadas em bolsa.

Foi neste contexto, que a Comissão de Normalização Contabilística (CNC), em 2007 aprovou o SNC, com o objetivo de substituir o POC. O SNC tem por base as normas do IASB, a IV e VII Diretivas e assenta num modelo baseado em princípios e não em regras. É composto, entre outros documentos, pela Estrutura Conceptual (EC), por Normas Contabilísticas e de Relato Financeiro (NCRF) e pela Norma Contabilística e de Relato Financeiro para Pequenas Entidades (NCRF-PE). Este normativo entrou em vigor no primeiro exercício que se iniciou em ou após 1 de janeiro de 2010, conforme o Decreto-Lei n.º 158/2009 de 13 de julho, desenvolvido no próximo ponto.

A partir de 2010, foram muitas as alterações que a contabilidade e consequentemente a fiscalidade sofreram em Portugal, de modo a atingir o propósito principal da harmonização e normalização contabilísticas: facilitar a comparabilidade e interpretação das DF's pelos seus utilizadores quer na própria empresa quer entre empresas. Podemos concluir que foram efetuados muitos esforços de maneira a atingir esse objetivo.

## **1.2. O Sistema de Normalização Contabilística**

Desde há algum tempo que o POC vinha-se mostrando desatualizado face às exigências do mundo atual, à competitividade e globalidade das empresas e dos mercados. Os princípios contabilísticos geralmente aceites do POC nos domínios instrumental e concetual datavam de 1977, pelo que já não respondiam às exigências contemporâneas. Deste modo, procedeu-se à revogação do POC e criou-se o SNC que assenta em princípios e tem por base as normas internacionais de contabilidade emitidas pelo IASB.

O SNC tem como objetivo assegurar a coerência e compatibilidade dos normativos contabilísticos das várias entidades a operar em Portugal, que estão divididas em três grandes grupos:

- 🌀 Empresas com valores cotados que aplicam as normas internacionais de contabilidade (IAS/IFRS);
- 🌀 Restantes empresas dos setores não financeiros que aplicam as NCRF;
- 🌀 Empresas de menor dimensão que aplicam a NCRF-PE. Aplicam esta norma as empresas que não ultrapassem dois dos três limites seguintes:
  - a) Total Balanço = € 500.000;
  - b) Total vendas líquidas e outros rendimentos = € 1.000.000;
  - c) Número de trabalhadores em média durante o exercício = 20.

As empresas que não realizem na média dos últimos três anos um volume de negócios superior a € 150.000 ficam dispensadas de aplicarem o SNC.

Em relação às microentidades, foi aprovado em 2011 através do Decreto-Lei n.º 36-A/2011 de 9 de março, um regime de normalização contabilística. São consideradas microentidades as empresas que à data do balanço não ultrapassem dois dos três limites seguintes:

- a) Total Balanço = € 500.000;

- b) Volume negócios líquido = € 500.000;
- c) Número de trabalhadores em média durante o exercício = 5.

Este regime é simplificado em relação ao SNC, desde já porque estas empresas estão dispensadas da obrigação de apresentar a Demonstração de Fluxos de Caixa e a Demonstração de Alterações no Capital Próprio e têm um anexo próprio, cujas divulgações são estabelecidas em termos menos exigentes em comparação com as exigidas no SNC.

O SNC propriamente dito é composto por:

- Uma Estrutura Conceptual – Aviso n.º 15652/2009 de 7 de setembro;
- Vinte e Oito NCRF – Decreto-Lei n.º 159/2009 de 13 de julho;
- Uma NCRF-PE – Aviso n.º 15654/2009 de 7 de setembro;
- Duas Normas Interpretativas – Decreto-Lei n.º 159/2009 de 13 de julho
- Modelos de demonstrações financeiras – Portaria n.º 986/2009 de 7 de setembro. São apresentados dois modelos de DF's: um modelo normal constituído por Balanço, Demonstração dos Resultados (por naturezas e por funções), Demonstração das Alterações no Capital Próprio, Demonstração de Fluxos de Caixa e Anexo e um modelo reduzido constituído apenas por Balanço, Demonstração dos Resultados (por naturezas e por funções) e Anexo que se destina às pequenas entidades que aplicam a NCRF-PE.

É um modelo baseado em princípios e não em regras, aderente ao modelo do IASB adotado na UE, mas garantindo a compatibilidade com as Diretivas Contabilísticas Comunitárias. Atende às diferentes necessidades de relato financeiro, dado o tecido empresarial a que é aplicado e em que se permite uma intercomunicabilidade, quer horizontal quer vertical.

O SNC segue com grande proximidade a EC do IASB e as IFRS, contudo, apresenta algumas diferenças: utiliza o justo valor nas mensurações contabilísticas, afastando-se do custo histórico, privilegia claramente a relevância da informação financeira.

De seguida, iremos estudar a Estrutura Conceptual do Sistema de Normalização Contabilística de modo a percebermos os conceitos contabilísticos estruturantes que subjaz a todo o Sistema.

### 1.3. Estrutura Conceptual

Diversos autores definiram a noção de estrutura conceptual: Gabás Trigo (citado por Cravo, 2010) considera que a estrutura conceptual é *“uma teoria contabilística de carácter geral que apresenta uma estrutura lógico-dedutiva do conhecimento contabilístico e define uma orientação básica para o organismo responsável de elaborar normas de contabilidade de cumprimento obrigatório”*, assim como Jorge Tua Pereda (citado por Carqueja, 2007) que define a estrutura conceptual como *“uma interpretação da teoria geral da contabilidade, mediante a qual se estabelecem, através de um itinerário lógico-dedutivo, os fundamentos teóricos em que se apoia a informação financeira”*.

Por outro lado, para Miller (citado por Cravo, 2010) *“a estrutura conceptual define um conjunto de termos e conceitos que podem utilizar-se ao identificar e debater diferentes questões. É, pois, um produto da regulamentação contabilística”*.

A EC é *“um sistema de objetivos e fundamentos interrelacionados que se situam na vanguarda de um corpo de normas consistentes, e que prescreve a natureza, funções e limites da contabilidade financeira e das demonstrações financeiras”* (FASB, 1976).

Destas definições, podemos concluir que uma estrutura conceptual é uma interpretação da teoria geral da contabilidade que utiliza um método lógico-dedutivo e define um conjunto de pressupostos, princípios e definições em que se apoia a informação financeira.

Os seus objetivos passam por ajudar os preparadores das demonstrações financeiras na aplicação das NCRF, ajudar a formar opinião sobre a aderência das DF's às NCRF, ajudar os utentes na interpretação da informação contida nas DF's preparadas. Esses utentes estão definidos no parágrafo 9 da EC do SNC, sendo eles:

- 🧑‍💼 Investidores – *“necessitam de informação para os ajudar a determinar se devem comprar, deter ou vender. Os acionistas também estão interessados em informação que lhes facilite determinar a capacidade da entidade pagar dividendos”*;
- 🧑‍💼 Empregados – estão interessados na informação acerca da estabilidade e lucratividade da empresa onde exercem funções, assim como avaliar a capacidade da empresa proporcionar oportunidades de emprego, remuneração;

- ☎ Mutuantes – *“estão interessados em informação que lhes permita determinar se os seus empréstimos, e os juros que a eles respeitam, serão pagos quando vencidos”*;
- ☎ Fornecedores – a informação permite-lhes determinar se as quantias que lhes são devidas serão liquidadas na data de vencimento;
- ☎ Clientes – *“têm interesse em informação acerca da continuidade de uma entidade, especialmente quando com ela têm envolvimento a prazo, ou dela estão dependentes”*;
- ☎ Governo e seus departamentos – *“estão interessados na alocação de recursos e, por isso, nas atividades das entidades. Também exigem informação a fim de regular as atividades das entidades, determinar as políticas de tributação e como base para estatísticas do rendimento nacional e outras semelhantes*;
- ☎ Público – as DF’s podem ajudar o público com informação acerca das tendências e desenvolvimentos recentes na prosperidade da entidade e leque das suas atividades, visto que as entidades afetam o público de diversas maneiras;

De acordo com esta descrição, podemos classificar os utentes das DF’s como utentes internos e utentes externos à entidade: os utentes internos são os investidores e os empregados, enquanto os externos são os potenciais investidores, mutuantes, fornecedores, clientes, governo e seus departamentos, público.

A EC estabelece conceitos que estão subjacentes à preparação e apresentação das DF’s, as quais fazem parte do processo de relato financeiro, entre eles:

1. Objetivos e pressupostos das Demonstrações Financeiras;
2. Características qualitativas que determinam a utilidade da informação contida nas DF’s;
3. Definição, reconhecimento e mensuração dos elementos das DF’s;
4. Conceitos de capital e manutenção de capital.

## **Objetivos e pressupostos das Demonstrações Financeiras**

O objetivo das DF's é o de proporcionar informação acerca da posição financeira, do desempenho e das alterações na posição financeira de uma entidade que seja útil a um vasto leque de utentes na tomada de decisões económicas.

A posição financeira de uma empresa é afetada pelos recursos económicos que ela controla, pela sua estrutura financeira, pela sua liquidez e solvência e pela sua capacidade de se adaptar às alterações no ambiente em que opera. A informação acerca dos recursos económicos é útil na predição da capacidade da empresa para gerar no futuro caixa e equivalentes de caixa.

A informação acerca do desempenho é útil para avaliar a capacidade da entidade em gerar fluxos de caixa a partir dos seus recursos básicos existentes.

A informação respeitante às alterações na posição financeira é útil a fim de avaliar as atividades operacionais, de investimento e de financiamento durante o período de relato.

A EC considera o regime do acréscimo e a continuidade como pressupostos subjacentes a toda a informação financeira.

Com o regime do acréscimo, os efeitos das transações são reconhecidos quando estas ocorrem e não quando caixa ou equivalentes de caixa são recebidos ou pagos, sendo registados contabilisticamente e relatados nas DF's dos períodos com os quais se relacionem.

Com o pressuposto da continuidade, é assumido que a entidade continuará a operar e que não tem nem a intenção nem a necessidade de liquidar ou reduzir drasticamente as suas operações.

## **Características qualitativas das Demonstrações Financeiras**

Conforme o parágrafo 24 da EC do SNC, “as *características qualitativas* são os atributos que tornam a informação proporcionada nas demonstrações financeiras útil aos utentes”.

Apesar da EC mencionar diversas características, define quatro principais:

- ☛ **Compreensibilidade** – é essencial que as DF's sejam rapidamente compreendidas pelos utentes;
- ☛ **Relevância** – esta qualidade é relevante quando influencia as decisões económicas dos utentes ao ajudá-los a avaliar os acontecimentos passados, presentes ou futuros. A informação para ser útil tem de ser relevante;

- ☛ Fiabilidade – a informação tem esta qualidade quando estiver isenta de erros materiais e de preconceitos, traduzindo fidedignamente a realidade que pretende representar;
- ☛ Comparabilidade – esta característica também é útil para a tomada de decisão, porque os utentes têm de ser capazes de identificar tendências na posição financeira e no desempenho da entidade e de comparar as DF's de diferentes empresas.

As demonstrações financeiras devem mostrar a imagem verdadeira e apropriada da posição financeira, do desempenho e das alterações na posição financeira de uma entidade.

As empresas ao aplicarem estas quatro características e as normas contabilísticas apropriadas nas suas DF's, mostram normalmente a imagem verdadeira e apropriada das empresas, de acordo com o parágrafo 46 da EC do SNC.

### **Definição, reconhecimento e mensuração dos elementos das Demonstrações Financeiras**

*“As demonstrações financeiras retratam os efeitos financeiros das transações e de outros acontecimentos ao agrupá-los em grandes classes de acordo com as suas características económicas”* de acordo com o parágrafo 47 da EC do SNC. Estas classes são constituídas pelos elementos das demonstrações financeiras: os ativos, os passivos e os capitais próprios que estão relacionados com a mensuração da posição financeira no Balanço e os rendimentos e os gastos que estão relacionados com a mensuração do desempenho na Demonstração dos Resultados.

Os elementos das DF's estão definidas como segue no SNC:

- ☛ Ativo – é um recurso controlado pela entidade como resultado de acontecimentos passados e do qual se espera que fluam para a entidade benefícios económicos futuros;
- ☛ Passivo – é uma obrigação presente da entidade proveniente de acontecimentos passados, da liquidação da qual se espera que resulte um exfluxo de recursos da entidade incorporando benefícios económicos;
- ☛ Capital próprio – é o interesse residual nos ativos da entidade depois de deduzir todos os seus passivos;



- ☛ Rendimentos – são aumentos nos benefícios económicos durante o período contabilístico na forma de influxos ou aumentos de ativos ou diminuições de passivos que resultem em aumentos no capital próprio, que não sejam os relacionados com as contribuições dos participantes no capital próprio;
- ☛ Gastos – são diminuições nos benefícios económicos durante o período contabilístico na forma de exfluxos ou deprecimentos de ativos ou na incorrência de passivos que resultem em diminuições do capital próprio, que não sejam as relacionadas com distribuições aos participantes no capital próprio.

Na EC, o SNC define o reconhecimento como “*o processo de incorporar no balanço e demonstração dos resultados um item que satisfaça a definição de um elemento e satisfaça os critérios de reconhecimento estabelecidos*”. Esses critérios estabelecem que uma empresa reconhece um item quando espera que este traga benefícios económicos à mesma e o item tiver um custo ou possa ser mensurado com fiabilidade. Neste caso, acontece que o custo ou o valor precisam de ser estimados que é uma parte essencial da preparação das DF’s e não destrói a sua fiabilidade. Contudo, se a estimativa não puder ser feita, o item não é reconhecido, mas deve ser divulgado nas notas anexas, material explicativo ou mapas suplementares.

Se um item não satisfizer os critérios de reconhecimento, mas for considerado relevante pelos utentes das DF’s para a avaliação das mesmas, deve ser divulgado nas notas anexas, material explicativo ou mapas suplementares.

A mensuração é o processo de determinar o valor pelo qual um ativo será reconhecido no Balanço e na Demonstração dos Resultados, sendo previstas no parágrafo 98 da EC do SNC diferentes bases de mensuração, sendo que a geralmente adotada é:

- ☛ Custo histórico – os ativos são registados pela quantia de caixa, ou equivalentes de caixa paga ou pelo justo valor da retribuição dada para os adquirir no momento da aquisição. Os passivos são registados pela quantia dos proventos recebidos em troca da obrigação, ou em algumas circunstâncias (por exemplo, impostos sobre o rendimento), pelas quantias de caixa, ou de equivalentes de caixa, que se espera que venham a ser pagas para satisfazer o passivo no decurso normal dos negócios.

## **Conceitos de capital e manutenção de capital**

Os conceitos referentes a este ponto são apresentados nos parágrafos 100 a 108 da Estrutura Conceptual.

O conceito de capital é apresentado segundo duas perspetivas: financeiro e físico. O conceito financeiro de capital respeita a ativos líquidos ou capital próprio da entidade e o capital físico é visto como a capacidade produtiva da entidade (capacidade operacional). A seleção do conceito apropriado por uma entidade deve basear-se nas necessidades dos utentes das suas DF's e a escolha indica o objetivo a ser atingido na determinação do lucro. O conceito de manutenção de capital está associado à forma como uma empresa define o capital que procura manter, considerando-se que uma entidade mantém o seu capital se tiver tanto capital no fim como no início do período, e dá origem a dois conceitos: manutenção do capital financeiro e manutenção do capital físico.

Na manutenção do capital financeiro, um lucro só é obtido se a quantia financeira dos ativos líquidos no fim do período exceder a do início do período, depois de excluir qualquer distribuição aos, e contribuições dos, proprietários durante o período.

Na manutenção do capital físico, um lucro só é obtido se a capacidade física produtiva da entidade no fim do período for superior à do início do período, depois de excluir qualquer distribuição aos, e contribuições dos, proprietários durante o período.

A seleção das bases de mensuração e do conceito de manutenção do capital determina o modelo contabilístico usado na preparação das DF's.

A figura abaixo resume a Estrutura Conceptual do Sistema de Normalização Contabilística:

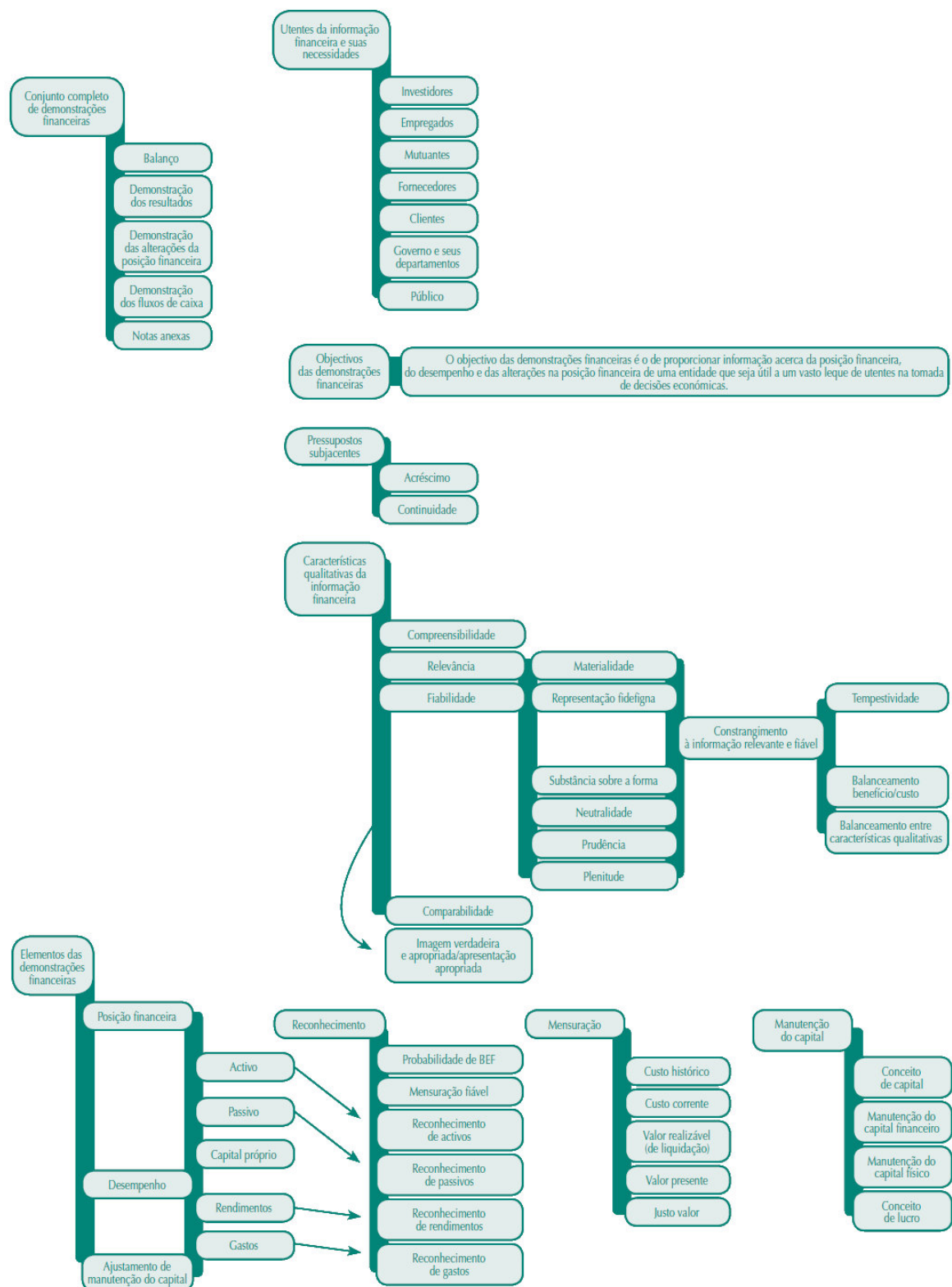


Figura n.º 1 – A Estrutura Conceptual<sup>1</sup>

<sup>1</sup> Fonte: Domingos Cravo (2010)

#### 1.4. Enquadramento histórico da Demonstração de Fluxos de Caixa

A Demonstração de Fluxos de Caixa até à 2ª Guerra Mundial não tinha qualquer relevância, nem para os gestores nem para os analistas financeiros, de acordo com Caiado e Gil (2000). Só a partir da 2ª Guerra, é que começaram a surgir os primeiros sinais que as empresas necessitavam de informação que agregasse os seus movimentos financeiros. Começaram então a surgir relatórios anuais das empresas, onde se notava falta de uniformidade na terminologia, no âmbito e no formato. A informação divulgada apenas comparava a situação financeira de um ano para outro, não explicando as diferenças entre os resultados contantes dos documentos de prestação de contas e os fundos disponíveis. Perante estas situações, o *American Institute of Certified Public Accountants*, publicou em 1961 a primeira demonstração que tinha a designação de Mapa de Origens e Aplicação de Fundos (MOAF).

O interesse em relação a este mapa foi aumentando, principalmente na importância em divulgar os fluxos de caixa, o que levou o FASB a elaborar um memorando em que resumia a importância dos fluxos de caixa e da liquidez financeira e a aprovar em 1987 a norma 95 – “Demonstração dos Fluxos de Caixa”. Esta norma exigia que todas as empresas elaborassem um conjunto de documentos de prestação de contas para divulgarem a situação financeira e os resultados das suas operações, assim como que elaborassem uma demonstração de fluxos de caixa para cada período que mostrava os resultados das operações, em unidades monetárias. Silva e Martins (2012, pág. 18) consideram que “*a aprovação desta norma resulta numa mudança significativa das práticas de divulgação contabilística, uma vez que esta demonstração concentra-se em informações divulgadas numa base de caixa ao contrário das anteriores que eram preparadas numa base de acréscimo*”.

Por outro lado, o IASB publicou a Norma Internacional de Contabilidade n.º 7 *Statement of Changes in Financial Position* – Demonstração das Alterações na Posição Financeira, que foi revista e substituída pela Demonstração dos Fluxos de Caixa, a vigorar a partir de janeiro de 1994.

Em Portugal, em 1977 adotou-se o Plano Oficial de Contabilidade e consequentemente o MOAF. Em 1989, o POC sofreu alterações e esta demonstração passou a designar-se Demonstração de Origens e Aplicação de Fundos (DOAF), sofrendo apenas ligeiras modificações devido às alterações verificadas no código das contas. Em 1994 foi publicada a Diretriz Contabilística (DC) n.º 14 – Demonstração dos Fluxos de Caixa. A partir desta data esta informação “*passou a incluir uma análise assente nas variações de tesouraria e suas mutações*” (Santos, 2004, pág. 34).

*“Nos últimos anos tem vindo a assumir relevância para os utentes da informação financeira o conhecimento do modo como a empresa gere e utiliza o dinheiro num determinado período”* (Guimarães, 2009, pág. 32), e, por isso, em 2010, entrou em vigor o SNC que “*vem na linha da modernização contabilística ocorrida na UE*” (Decreto-Lei n.º 158/2009) e a DFC passou a ter que ser apresentada apenas pelo método direto, como prevê o artigo 11.º - “Demonstrações Financeiras” do DL acima mencionado:

*“As entidades sujeitas ao SNC são obrigadas a apresentar as seguintes demonstrações financeiras:*

- a) Balanço;*
- b) Demonstração dos Resultados por naturezas;*
- c) Demonstração das alterações no capital próprio;*
- d) **Demonstração de fluxos de caixa pelo método direto;***
- e) Anexo.”*

O legislador do SNC eliminou a apresentação da DFC pelo método indireto, tendo em conta que o método direto proporciona informações mais detalhadas e completas.

Vamos de seguida estudar a NCRF 2 – Demonstração de Fluxos de Caixa no que respeita ao âmbito, objetivos, componentes, atividades e relato dos fluxos de caixa.

## **2. Enquadramento teórico**

### **2.1. NCRF 2 – Demonstração de Fluxos de Caixa**

A DFC já era utilizada anteriormente com o POC, mas adquiriu uma maior notoriedade junto dos utilizadores da informação financeira, resultante de uma maior utilização das análises financeiras, nomeadamente nas técnicas de avaliação de empresas via análise cash flow.

Esta demonstração surge para colmatar a necessidade de uma informação que contenha unicamente os fluxos monetários permitindo uma comparação de valores entre entidades.

A NCRF 2 tem como objetivo exigir informação acerca das alterações históricas de caixa e seus equivalentes de uma entidade através de uma demonstração que classifique os fluxos de caixa durante o período em operacionais, de investimento e de financiamento. Esta classificação por atividades permite aos utentes determinar o impacto destas na situação financeira da entidade e nas quantias de caixa e seus equivalentes, assim como avaliar as relações entre as mesmas.

Para melhor se entender a NCRF 2 e a demonstração, torna-se importante e necessário definir alguns termos fundamentais, obtidos no parágrafo 3 da norma:

- ☛ Caixa – compreende o dinheiro em caixa e em depósitos à ordem;
- ☛ Equivalentes de caixa – são investimentos financeiros a curto prazo, altamente líquidos que sejam prontamente convertíveis para quantias conhecidas de dinheiro e que estejam sujeitas a um risco insignificante de valor;
- ☛ Fluxos de caixa – são influxos (recebimentos, entradas) e exfluxos (pagamentos, saídas) de caixa e seus equivalentes;
- ☛ Atividades operacionais – são as principais atividades produtoras de rédito da entidade e outras atividades que não sejam de investimento ou de financiamento;
- ☛ Atividades de investimento – são a aquisição e alienação de ativos a longo prazo e de outros investimentos não incluídos em equivalentes de caixa;
- ☛ Atividades de financiamento – são as atividades que têm como consequência alterações na dimensão e composição do capital próprio contribuído e nos empréstimos obtidos pela entidade.

Iniciaremos agora o estudo dos vários pontos que constituem a norma.

### **2.1.1. Apresentação de uma Demonstração de Fluxos de Caixa**

As entidades sujeitas ao SNC, com exceção das Pequenas Entidades (PE), são obrigadas a apresentar a DFC através do método direto, conforme mencionado anteriormente.

A norma 2 indica que a Demonstração de Fluxos de Caixa deve relatar os fluxos de caixa durante o período, normalmente um ano, por atividades operacionais, de investimento e de financiamento, visto que esta classificação faculta informação sobre o impacto dessas atividades na posição financeira e nas quantias de caixa e seus equivalentes da entidade, assim como permite avaliar as relações entre essas atividades.

Os fluxos de caixa devem ser apresentados numa base bruta, com exceção dos recebimentos e pagamentos de caixa por conta de clientes quando o FC reflita as atividades do cliente e não os da entidade e os recebimentos e pagamentos de caixa de itens em que a rotação seja rápida, as quantias grandes e os vencimentos curtos, que podem ser apresentados numa base líquida.

De realçar que a norma refere que os movimentos entre caixa e seus equivalentes são excluídos dos fluxos de caixa, visto que se tratam de operações de gestão de caixa, incluindo o investimento de excessos de caixa, e não parte das suas atividades operacionais, de investimento e de financiamento.

### **2.1.2. Fluxos de Caixa das Atividades Operacionais**

Os fluxos de caixa das atividades operacionais são principalmente derivados das principais atividades geradoras de réditos da entidade, por isso, são geralmente consequência das operações e de outros acontecimentos que entram na determinação dos resultados da entidade, como as operações de compra, produção e venda. As atividades operacionais são um indicador-chave que mostram se a entidade gerou fluxos de caixa suficientes para pagar empréstimos, manter a capacidade operacional da entidade, pagar dividendos e fazer novos investimentos, sem recurso a fontes externas de financiamento. Permite também prever futuros fluxos de caixa operacionais.

A característica mais importante das atividades operacionais é que estas estão diretamente ligadas à vertente comercial/industrial/prestação de serviços da empresa, constituindo por isso o núcleo central de atividades.

Temos como exemplos, fornecidos pela NCRF 2, de fluxos de caixa das atividades operacionais os seguintes:

- ☛ Recebimentos de caixa provenientes da venda de bens e da prestação de serviços;
- ☛ Recebimentos de caixa provenientes de royalties, honorários, comissões e outros réditos;
- ☛ Pagamentos de caixa a fornecedores de bens e serviços;
- ☛ Pagamentos de caixa e por conta de empregados;
- ☛ Pagamentos ou recebimentos de caixa por restituições de impostos sobre rendimento, a menos que estes se relacionem com as outras atividades;
- ☛ Recebimentos e pagamentos de caixa de contratos detidos com a finalidade de negócio.

### **2.1.3. Fluxos de Caixa das Atividades de Investimento**

Os fluxos de caixa das atividades de investimento são divulgados fazendo-se a separação entre pagamentos e recebimentos, porque os fluxos de caixa representam a extensão pela qual os dispêndios foram feitos relativamente a recursos destinados a gerar rendimento e fluxos de caixa futuros.

É habitual este fluxo ser negativo, porque o valor de compra de novos ativos é normalmente superior ao valor de venda dos mesmos.

Assim como para as atividades operacionais, a NCRF 2 também elenca exemplos de fluxos de caixa das atividades de investimento:

- ☛ Pagamentos de caixa para aquisição de ativos fixos tangíveis, intangíveis e outros ativos a longo prazo. Também incluem os pagamentos relacionados com custos de desenvolvimento capitalizados e ativos fixos tangíveis autoconstruídos;
- ☛ Recebimentos de caixa por vendas de ativos fixos tangíveis, intangíveis e outros ativos a longo prazo;
- ☛ Pagamentos de caixa para aquisição de instrumentos de capital próprio ou de dívida de outras entidades e de interesses em empreendimentos conjuntos



(que não sejam pagamentos dos instrumentos considerados como equivalentes de caixa ou dos detidos para finalidades de negócio);

- ☛ Recebimentos de caixa de venda de instrumentos de capital próprio ou de dívida de outras entidades e de interesses em empreendimentos conjuntos (que não sejam recebimentos dos instrumentos considerados como equivalentes de caixa ou dos detidos para finalidades de negócio);
- ☛ Adiantamentos de caixa e empréstimos feitos a outras entidades;
- ☛ Recebimentos de caixa provenientes do reembolso de adiantamentos e de empréstimos feitos a outras entidades;
- ☛ Pagamentos de caixa para contratos de futuros, contratos de forward, contratos de opção e contratos swap, exceto quando os contratos sejam mantidos para as finalidades do negócio, ou os pagamentos sejam classificados como atividades de financiamento;
- ☛ Recebimentos de caixa provenientes de contratos de futuros, contratos de forward, contratos de opção e contratos swap, exceto quando os contratos sejam mantidos para as finalidades do negócio, ou os recebimentos sejam classificados como atividades de financiamento.

#### **2.1.4. Fluxos de Caixa das Atividades de Financiamento**

Tal como os fluxos de caixa das atividades de investimento, também os FC das atividades de financiamento são divulgados separadamente, porque essa separação é útil na predição de reivindicações futuras de fluxos de caixa pelos fornecedores de capitais à entidade.

São exemplos de fluxos de caixa de atividades de financiamento:

- ☛ Recebimentos de caixa provenientes da emissão de ações ou de outros instrumentos de capital próprio;
- ☛ Pagamentos de caixa por aquisição de ações (quotas) próprias, redução do capital ou amortização de ações (quotas);
- ☛ Recebimentos provenientes da emissão de certificados de dívida, empréstimos, livranças, obrigações, hipotecas e outros empréstimos obtidos a curto ou longo prazo;
- ☛ Desembolsos de caixa de quantias de empréstimos obtidos;

- ☛ Pagamentos de caixa por um locatário para a redução de dívida em aberto relacionada com uma locação financeira.

### **2.1.5. Relato de fluxos de caixa**

Como já foi dito anteriormente, a Demonstração de Fluxos de Caixa deve relatar os fluxos de caixa durante o período classificados por atividades operacionais, de investimento e de financiamento.

#### **Método utilizado para apresentar a DFC**

A norma preconiza no parágrafo 14 que os fluxos de caixa das atividades operacionais devem ser relatados pelo método direto, através do qual são divulgadas as principais classes dos recebimentos e dos pagamentos brutos de caixa. Esta informação pode ser obtida por duas maneiras:

- ☛ A partir dos registos contabilísticos da entidade. A entidade deve possuir um sistema de informação que permita apurar com exatidão todos os fluxos de caixa;
- ☛ Pelo ajustamento de vendas, custo das vendas e outros itens da Demonstração dos Resultados relativos a alterações em inventário e em contas a receber e a pagar durante o período, bem como a outros itens que não sejam de caixa e outros itens pelos quais os efeitos de caixa sejam de investimento ou de financiamento.

No anterior referencial contabilístico, a Diretriz Contabilística n.º 14 tal como a IAS 7, que serviu de base à NCRF 2, previa dois métodos de elaboração da DFC:

- ☛ Método Direto – são divulgadas as principais classes dos recebimentos de caixa brutos e dos pagamentos brutos de caixa;
- ☛ Método Indireto – o resultado líquido é ajustado pelos efeitos de operações de natureza que não sejam por caixa:

- Variações ocorridas, durante o período contabilístico, nos inventários e nas dívidas operacionais de e a terceiros;
- Rubricas não relacionadas com caixa tais como depreciações e amortizações, provisões, ajustamentos, imparidades, impostos diferidos, diferenças de câmbio não realizadas, resultados não distribuídos de associadas a interesses minoritários;
- Todas as outras rubricas cujos efeitos de caixa respeitem a fluxos de caixa de investimento ou de financiamento.

Esta diferenciação de métodos era apenas válida para os fluxos de caixa das atividades operacionais, visto que nos dois métodos a determinação dos fluxos das atividades de investimento e de financiamento é igual.

Esquemáticamente, pode ser visto da seguinte maneira:



Figura n.º 2 – Métodos de elaboração das Atividades Operacionais da DFC

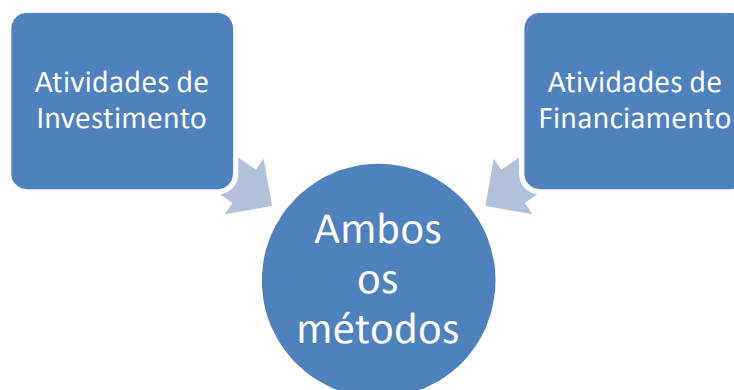


Figura n.º 3 – Métodos de elaboração das restantes atividades da DFC

## **Fluxos de Caixa em Moeda Estrangeira**

Os fluxos de caixa provenientes de transações em moeda estrangeira devem ser registrados em euros pela aplicação da taxa de câmbio à data dos recebimentos e pagamentos.

De acordo com as regras da NCRF 23 – Os efeitos das alterações nas taxas de câmbio, os fluxos de caixa resultantes de transações em moeda estrangeira devem ser registrados na moeda funcional mediante a aplicação à quantia em moeda estrangeira da taxa de câmbio entre a moeda funcional e a moeda estrangeira à data do fluxo de caixa.

Os ganhos e as perdas não realizados provenientes de alterações de taxas de câmbio de moeda estrangeira não são considerados como fluxos de caixa. Contudo, o efeito das alterações das taxas de câmbio é relatado na DFC a fim de reconciliar caixa e seus equivalentes no começo e no fim do período. Esta quantia é apresentada separadamente da dos fluxos de caixa das atividades operacionais, de investimento e de financiamento e inclui as diferenças, se as houver, caso esses fluxos de caixa tivessem sido relatados às taxas de câmbio do fim do período.

## **Juros e Dividendos**

A NCRF 2 demanda que os juros e dividendos recebidos e pagos sejam apresentados separadamente na DFC, devendo cada um deles ser classificado de forma consistente, de período a período como atividade operacional, de investimento ou de financiamento.

De acordo com o parágrafo 24 da norma, os fluxos de caixa dos juros e dividendos recebidos devem, em princípio, ser classificados nas atividades de investimento (retorno de investimento), enquanto, os fluxos de caixa dos juros e dividendos pagos devem, em princípio, ser classificados nas atividades de financiamento (gastos de obtenção de recursos financeiros).

No caso dos juros que tenham sido capitalizados, nos termos da NCRF 10 – Custos de empréstimos obtidos, devem os mesmos ser incluídos na Demonstração de Fluxos de Caixa.

## **Impostos sobre o Rendimento**

No que diz respeito aos fluxos de caixa provenientes de impostos sobre o rendimento, devem ser divulgados separadamente devendo ser classificados como fluxos de caixa de

atividades operacionais a menos que possam ser identificados com as atividades de investimento ou de financiamento, conforme parágrafo 26 da NCRF 2.

### **Investimentos em subsidiárias, em associadas e em empreendimentos conjuntos**

Uma entidade ao contabilizar um investimento numa associada ou subsidiária pelo método da equivalência patrimonial ou pelo método do custo, deve relatar na DFC os fluxos de dividendos e adiantamentos entre ela e a participada.

No caso de a consolidação ser efetuada pelo método proporcional, deverá incluir na Demonstração Consolidada de Fluxos de Caixa a parte proporcional dos FC da entidade conjuntamente controlada.

### **Aquisições e alienações de subsidiárias e outras unidades empresariais**

De acordo com os parágrafos 29 e 30 da norma, os fluxos de caixa agregados provenientes de aquisições e alienações de subsidiárias ou de outras unidades devem ser apresentados separadamente e classificados como atividade de investimento. A empresa-mãe deve ainda divulgar informação que respeita a:

- Retribuição total da compra ou alienação;
- Parte da retribuição paga ou recebida por meio de caixa e seus equivalentes;
- Quantia de caixa e seus equivalentes na subsidiária;
- Quantia dos ativos e passivos que não sejam caixa ou seus equivalentes na subsidiária.

### **Divulgações**

As empresas devem ainda proceder à divulgação da seguinte informação:

- Transações de investimento e de financiamento que não exijam o uso de caixa ou seus equivalentes, como por exemplo, aquisição de uma empresa através da emissão de ações, conversão de dívidas em capital;
- Saldos significativos de caixa e seus equivalentes detidos pela entidade, que não estejam disponíveis para uso do grupo;

- Discriminação de caixa e seus equivalentes e reconciliação com o Balanço;
- FC relacionados com interesses em empreendimentos conjuntos;
- Aquisições e alienações de filiais;
- Alterações nos critérios de determinação de caixa.

## 2.2. A IAS 7 – a norma de referência

A IAS 7 – Demonstrações de Fluxos de Caixa foi a norma referência tanto da Diretriz Contabilística n.º 14 do POC, como da NCRF 2 do SNC. Daí que sejam idênticas, contudo apresentam diferenças, estando as principais nos seguintes parágrafos:

- Parágrafos 1 a 2 – O objetivo e o âmbito das normas são iguais. Enquanto na IAS 7, estes parágrafos são bastante extensos, na NCRF 2, o teor e o conteúdo é o mesmo, mas apresenta-se de forma mais reduzida e simples;
- Parágrafos 3 a 6 – nestes parágrafos não existem diferenças;
- Parágrafos 7 a 13 – a IAS 7 refere que *“uma entidade apresenta os seus fluxos de caixa das atividades operacionais, de investimento e de financiamento da maneira que seja mais apropriada para os seus negócios”* e a NCRF 2 expõe que *“a demonstração de fluxos de caixa deve relatar os fluxos de caixa (...) por atividades operacionais, de investimento e de financiamento, conforme modelo publicado por portaria”*. Verificamos que, ao contrário da IAS, a NCRF define um modelo de utilização para a apresentação desta DF;
- Parágrafos 14 a 15 – de acordo com Silva e Martins (2012, pág. 140), *“é nestes parágrafos que reside a principal diferença entre a NCRF 2 e a IAS 7”*, porque a NCRF 2 apenas permite a elaboração da DFC pelo método direto, e a IAS 7, além deste, também permite pelo método indireto;
- Parágrafos 16 a 34 – todos estes parágrafos são idênticos nas duas normas, sendo que na NCRF 2, alguns são apresentados de forma mais resumida e simples, como os parágrafos 26, 29, 30, 31 e 34.

De realçar que apesar das diferenças serem escassas, a NCRF 2 não apresenta parágrafos tratados na IAS 7, como os benefícios da informação do fluxo de caixa e os componentes de caixa e seus equivalentes.

## **2.3. A Utilidade da Demonstração de Fluxos de Caixa**

*“A Demonstração de Fluxos de Caixa é um importante documento de informação financeira e indispensável ferramenta administrativa, não só no âmbito de uma mera gestão de tesouraria, mas igualmente nos mais latos domínios do governo corporativo”.*

**Silva e Martins (2012, pág. 25)**

Além da utilidade referida, a Demonstração de Fluxos de Caixa apresenta outras que analisaremos em duas partes: o porquê da utilização desta demonstração na análise de uma empresa e as vantagens e desvantagens que apresenta.

### **2.3.1. O porquê da utilização desta Demonstração Financeira**

#### **No processo de tomada de decisões**

No atual contexto socioeconómico em que vivemos, a liquidez que uma empresa dispõe constitui uma das maiores preocupações dos gestores. Assim, a informação contida na Demonstração de Fluxos de Caixa apresenta particular importância e é necessária para avaliar os efeitos do dinheiro numa entidade. Um gestor com um sistema de fluxo de caixa estará mais consciente da sua situação financeira, como também ajudará os investidores a tomar decisões sobre investimentos futuros. Uma atividade empresarial que divulgue DFC regulares e fiáveis aparenta uma maior solvência económica e é mais atrativa para os investidores. Conforme Megan et al (2009, pág. 127-136) *“(...) uma das DF’s mais importantes é a DFC, pois permite uma melhor compreensão por parte dos investidores de como se processam as operações da entidade, de onde vem o dinheiro e como ele tem sido gasto (...)”.*

Esta demonstração permite concluir acerca das decisões de investimento e aponta de um modo mais claro a situação de liquidez e solvência de uma entidade. Reveste-se assim de grande importância na medida em que o facto de muitas empresas apresentarem resultados do período positivos não significa sucesso, porque a inexistência de liquidez pode colocar

em perigo a própria continuidade da empresa, “(...) *mesmo os negócios mais lucrativos vão à falência, se ficarem sem dinheiro!*”(Hopkins referido por Santos, 1999, pág. 139 e citado por Magalhães e Martins, 2010, pág. 69).

O objetivo essencial da divulgação financeira consiste em fornecer informações que sejam úteis para o processo de tomada de decisão, sendo a DFC uma das principais fontes de análise da situação económico-financeira de uma empresa, já que permite vislumbrar praticamente toda a estratégia e gestão financeira: a sua política de financiamento, os seus níveis de liquidez, as decisões de investimento, o pagamento de dividendos, a influência do crédito na geração dos fluxos de tesouraria, a eficácia na utilização dos recursos económicos e a capacidade de gerar e utilizar dinheiro e equivalentes, de acordo com Magalhães e Martins (2010, pág. 11).

### **Na análise do desempenho**

A avaliação do desempenho de uma empresa é avaliada através de diversas variáveis como os fluxos de caixa, a flexibilidade financeira, a liquidez, a solvência, os resultados, a rentabilidade, a produtividade, o património, entre outras, que podemos encontrar nas Demonstrações Financeiras que proporcionam informação acerca da posição financeira, dos resultados das operações e das alterações a nível de entradas e saídas de dinheiro, num determinado período de tempo, sendo elas o Balanço, a Demonstração dos Resultados e a Demonstração de Fluxos de Caixa, respetivamente. Através destas DF's temos informação em dois regimes, o do acréscimo (Balanço e DR) e o de caixa (DFC).

As atividades operacionais permitem analisar se uma entidade tem capacidade de gerar recursos a partir da sua atividade principal. Se o fluxo destas atividades for significativamente positivo mostra que a atividade possibilita suportar as atividades de investimento e de financiamento. Caso contrário, se o fluxo for negativo ou se for positivo mas que não consiga cobrir os pagamentos de juros, dividendos e investimentos é uma empresa com dificuldades financeiras. Contudo, há uma fase em que é normal os fluxos de atividade operacional serem negativos que é na fase de arranque da atividade da empresa. Existem rácios<sup>2</sup> baseados nos fluxos de caixa que permitem uma melhor análise económico-financeira, sendo eles:

---

<sup>2</sup> Fonte: Magalhães e Martins (2010)



- 🌀 **Rácio de cobertura do pagamento de encargos financeiros e dividendos**
  - permite aferir acerca da capacidade da empresa em gerar fluxos suficientes para remunerar os capitais necessários ao investimento em ativos da atividade (juros e dividendos)

$$= \text{Fluxos operacionais antes das rubricas extraordinárias} / (\text{Juros} + \text{Dividendos})$$

- 🌀 **Capacidade para suportar os investimentos sem financiamento externo**
  - traduz a capacidade da empresa para financiar os investimentos com recurso a autofinanciamento

$$= (\text{Fluxos ativ. operacionais} - \text{Pag. juros} - \text{Pag. dividendos}) / \text{Pag. ativo fixo}$$

- 🌀 **Importância dos fluxos operacionais nos fluxos da empresa** – mede o grau de geração de recursos operacionais no total dos recursos da empresa. O desejável é que este rácio se aproxime de 1

$$= \text{Fluxo atividades operacionais} / (\text{Fluxos de caixa})$$

- 🌀 **Financiamento** – as origens externas de fundos, aumentos de capital e novos empréstimos deverão ser utilizados para o pagamento de investimentos e para o reembolso de empréstimos. Se for superior a 1 não é bom indicador, significa que está a financiar fluxos operacionais

$$= \text{Receb. Financiamento} / (\text{Pag. Investimentos} + \text{Reembolsos financiamentos})$$

- 🌀 **Fluxo líquido operacional das vendas** – relaciona o fluxo líquido operacional com as vendas, indicando qual o retorno financeiro por cada unidade vendida

$$= \text{Fluxo líquido operacional} / \text{Vendas Líquidas}$$

- 🌀 **Rácio de cobertura do passivo de curto prazo** – traduz a capacidade da empresa suportar a liquidação do passivo pelos fluxos líquidos do seu negócio

$$= \text{Fluxo líquido operacional} / \text{Passivo de curto prazo}$$

A Demonstração de Fluxos de Caixa é efetuada na base de caixa, o que significa que o rédito é registado quando o dinheiro é recebido e as despesas e gastos são registados quando o dinheiro é pago. O SNC prevê a contabilidade na base do acréscimo, ou seja, os

rendimentos são reconhecidos quando obtidos e os gastos quando ocorridos, independentemente do seu recebimento/pagamento. No entanto, uma empresa pode apresentar resultados contabilísticos, na base do acréscimo, positivos e estar com dificuldades de liquidez e vice-versa. Ao analisarmos as DF's na base do acréscimo, o resultado do período pode incluir subjetividade. Subjetividade que também estará presente quando são necessárias estimativas. Deste modo, de acordo com Silva e Martins (2012, pág. 26), *“a insuficiência do balanço e das demonstrações dos resultados tem conduzido à introdução de outros elementos, tais como, fundo de maneo, capital circulante monetário e a tesouraria”*, o que nos leva a concluir que a DFC juntamente com o Balanço e a Demonstração dos Resultados permite relatar o passado e ilustrar o presente, de modo a antevermos o futuro. Permite que os utentes avaliem melhor as alterações havidas na situação financeira, incluindo a liquidez e a solvabilidade. Em conclusão, a DFC ajuda na tomada de decisões económico-financeiras, providenciando informação acerca da liquidez e da solvência e permite ter uma imagem dinâmica dos recursos que uma empresa dispõe para cumprir os seus compromissos, permitindo de igual forma prevenir casos de insolvência.

Tendo em consideração o nosso entendimento, a análise da DFC permite informação para:

- Verificar a capacidade da empresa em pagar dividendos;
- Verificar a capacidade de solver compromissos e gerar fluxos de caixa positivos;
- Verificar e antecipar a necessidade de recurso a financiamento externo;
- Verificar o prazo médio de recebimento e de pagamento;
- Estimar o impacto das atividades de investimento e de financiamento para os investidores e para os credores, respetivamente.

### **2.3.2. Vantagens e Desvantagens da DFC**

Muitas são as vantagens da DFC apresentadas pelos diversos autores, que também enumeram as suas limitações. Vamos de seguida conhecer as várias vantagens e desvantagens desta demonstração.

Os autores Caiado e Gil (2000, pág. 30) apresentam as seguintes vantagens:

- Possibilita a comparabilidade das performances operacionais divulgadas pelas diferentes empresas, visto que elimina os efeitos da utilização de

diferentes tratamentos contabilísticos para as mesmas transações ou operações;

- A DFC mostra a capacidade de uma empresa gerar fluxos monetários, bem como a qualidade dos seus resultados. Os utentes da informação financeira estão, particularmente, preocupados com a capacidade da empresa em fazer face às obrigações aquando da data do seu vencimento;
- Em conjunto com as outras DF's, a Demonstração de Fluxos de Caixa permite que os utentes avaliem melhor as alterações havidas na posição financeira, incluindo a liquidez e a solvabilidade, e possibilita o cálculo do valor presente dos FC futuros das empresas;
- Os documentos de prestação de contas não têm em conta a inflação, pelo que muitos procuram um padrão concreto (FC) para avaliar o sucesso ou a falência das operações;
- Tratando-se de uma medida de performance relativamente simples, pode ser facilmente assimilada pelos utentes não especializados em análise financeira.

Já Barata (1999) considera que a DFC:

- É o documento por excelência para comparar com outras empresas, visto que é neutral relativamente às políticas contabilísticas de qualquer entidade;
- Fornece os elementos de cada um dos ciclos permitindo uma adaptação mais fácil à conjuntura;
- Permite conhecer melhor as variações na estrutura financeira.

Magalhães e Martins (2010, pág. 25) são da opinião que os fluxos de caixa devem ser classificados de acordo com o tipo de atividade que os originou, assim através da atividade operacional a DFC permite ter informação para avaliar o comportamento financeiro da empresa num período e analisar a capacidade da empresa gerar meios de pagamento suficientes para manter a capacidade operacional. As atividades de financiamento possibilitam efetuar estimativas acerca das necessidades de meios de pagamento e de novas entradas de capital e as atividades de investimento apresentam os gastos com a aquisição de recursos que tenham em vista gerar resultados e FC futuros.

Para Gilbert Riebold, citado por Santos (2004, pág. 108), a Demonstração de Fluxos de Caixa *“é um meio de controlo de gestão, de informação financeira e de previsão orçamental”* e Caldeira Menezes, citado pelo mesmo autor, considera o FC um conceito de

natureza financeira, visto que se refere aos fluxos financeiros, *“e pode circunscrever-se à exploração ou aos fluxos extra exploração ou ainda abranger a totalidade dos fluxos financeiros”*.

Apesar dos autores considerarem a DFC importante e que as suas vantagens ultrapassam as limitações, também apresentam as suas críticas.

Caiado e Gil (2000, pág. 31) consideram a DFC só por si limitada:

- Para que se torne útil aos leitores e analistas, o mapa deve ser analisado juntamente com o Balanço e a Demonstração dos Resultados;
- Não traduz a complexidade dos aspetos da gestão financeira das empresas, porque a metodologia é baseada nos movimentos de caixa;
- Embora seja mais difícil a adoção de operações de cosmética na preparação desta Demonstração Financeira, tal também é possível de vir a acontecer.

Barata (1999) refere como desvantagens que:

- Não aborda aspetos que podem influenciar a vertente financeira, como as depreciações, as imparidades e os lucros;
- Apesar de dar mais informações não deixam de ser mais limitadas;
- Omite rubricas dificilmente mensuráveis.

De realçar que a análise da Demonstração de Fluxos de Caixa por si só pode ser insuficiente, porque as suas informações são limitadas e, por isso, diversos autores indicam que a análise deve ser realizada em conjunto com as restantes DF's. Silva e Martins (2012, pág. 55): *“A Demonstração de Fluxos de Caixa deve ser analisada tendo presente o seu carácter de complementaridade relativamente às informações prestadas pelos outros documentos de prestação de contas”*.

### 3. Metodologia

A análise de dados é essencial para a realização de uma investigação relativa a um determinado tema, dado permitir o apuramento de conclusões fundamentadas. Assim, para melhor sustentar decisões torna-se imperativo planificar a investigação, recolher, tratar e analisar os dados, concluindo este processo com o partilhar dos resultados obtidos. Para uma análise completa torna-se necessário ponderar qual ou quais as metodologias que se afiguram mais adequadas.

Existem dois tipos de metodologias, as qualitativas e as quantitativas.

De acordo com Carmo e Ferreira (1998), a utilização dos métodos quantitativos está ligada à investigação experimental e pressupõe a observação de fenómenos, a formulação de hipóteses explicativas desses fenómenos, o controlo de variáveis, a seleção da amostra e a verificação ou rejeição das hipóteses mediante recolha rigorosa de dados, sujeitos a uma análise estatística.

Já na metodologia qualitativa, os pressupostos teóricos vão sendo descobertos e formulados à medida que se dá a incursão no campo e que se vão analisando os dados e a amostragem pode ser conduzida na base de critérios teóricos.

A escolha da metodologia deverá depender da investigação em causa.

O tema escolhido para este trabalho foi alvo de uma revisão literária nos capítulos anteriores que nos ajudou a desenvolver conteúdos para o estudo empírico realizado de seguida. Nesse estudo, a metodologia utilizada será quantitativa através de um questionário respondido por TOC's, cujas respostas analisaremos para conseguirmos atingir o nosso objetivo principal.

#### 3.1. Hipóteses do Estudo

O objetivo principal desta investigação é estudar a importância e utilidade da Demonstração de Fluxos de Caixa na ótica dos TOC's, isto é, se estes lhe atribuem a utilidade já verificada anteriormente e se a consideram uma importante Demonstração Financeira. Assim, partimos da seguinte hipótese principal:

**H1: A Demonstração de Fluxos de Caixa é útil na opinião dos Técnicos Oficiais de Contas?**

### 3.2. Técnicas Estatísticas Utilizadas

Para a realização do nosso questionário (em anexo), baseamo-nos na perspectiva de Quivy e Campenhought (2005) que o define como sendo *“uma pesquisa sistemática e o mais rigorosa possível, de dados sociais significativos, a partir de hipóteses já formuladas, de modo a poder fornecer uma explicação”* e optamos pela tipologia de questionário, porque visa essencialmente ser objeto de informação para fundamentar a hipótese do estudo definida no ponto anterior.

No nosso questionário, quanto ao tipo de questões, preferimos maioritariamente respostas fechadas (sim ou não).

As questões foram formuladas com dois objetivos, como a seguir se enuncia:

- Três (3) questões para caracterizar a amostra;
- E as restantes catorze (14) relacionam-se diretamente com a utilidade da DFC para os TOC's.

A análise dos dados foi efetuada através da ferramenta *Microsoft Office Excel* com recurso a tabelas dinâmicas e gráficos.

## 4. Estudo Empírico

Iniciaremos neste ponto o estudo empírico, onde começaremos por caracterizar a nossa amostra e de seguida analisaremos as perguntas do questionário referentes ao objeto de estudo. Posteriormente apresentaremos as conclusões dos resultados dos dados.

### 4.1. Caracterização da Amostra

Para Almeida e Freire (2003), Amostra é “*o conjunto de situações (indivíduos, casos ou observações) extraído de uma população*”.

Partindo deste pressuposto, tomamos como amostra os TOC’S presentes em duas ações de formação realizadas pela Associação Portuguesa das Empresas de Contabilidade e Administração (APECA) no distrito do Porto nos dias 21 e 26 de fevereiro de 2013 subordinadas ao tema “Orçamento do Estado para 2013 e Encerramento de Contas de 2012”. O questionário foi entregue a cerca de 800 TOC’s e obtivemos um total de 342 respostas, consideradas todas válidas para o estudo a realizar. Após o tratamento dessas respostas obtivemos os resultados que mostramos de seguida.

### 4.2. Análise e Apresentação dos Resultados

Com base nas três primeiras perguntas caracterizamos a nossa amostra quanto às habilitações académicas, experiência profissional e forma de trabalho:

#### *Pergunta 1 – Habilitações Académicas*

Opções	Número de Respostas	Percentagem (%)
Doutoramento	4	1,17%
Mestrado	18	5,26%
Licenciatura	213	62,28%
Bacharelato	65	19,01%
Outra	42	12,28%
<b>Total Geral</b>	<b>342</b>	<b>100%</b>

Quadro n.º 1 – Resultado da resposta à pergunta n.º 1

Em termos de representação gráfica,

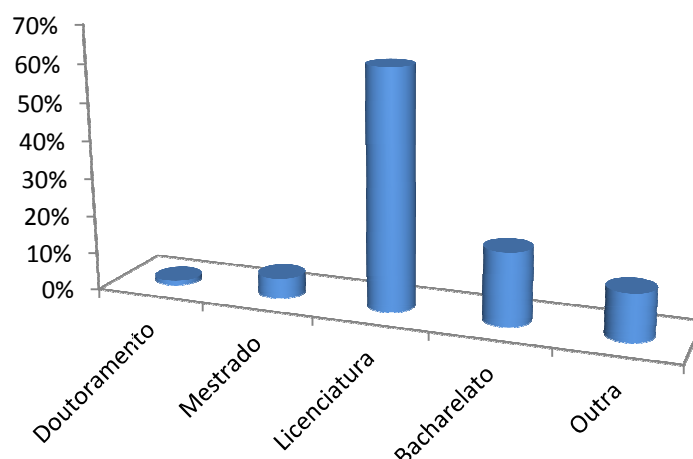


Gráfico n.º 1 – Representação gráfica do resultado da resposta à pergunta n.º 1

Através destes dados, verificamos que mais de 60% dos nossos inquiridos se situa no grupo dos licenciados, que 19% são bacharéis e 12% têm outra habilitação académica que não especificaram. Concluimos então que dos 342 TOC's que responderam ao nosso questionário, 213 possuem o grau de licenciatura.

### ***Pergunta 2 – Anos de Experiência Profissional***

Opções	Número de Respostas	Percentagem (%)
Entre 0 e 5 anos	29	8,48%
Entre 5 e 10 anos	40	11,70%
Entre 10 e 15 anos	79	23,10%
Entre 15 e 20 anos	77	22,51%
Mais de 20 anos	117	34,21%
<b>Total Geral</b>	<b>342</b>	<b>100%</b>

Quadro n.º 2 – Resultado da resposta à pergunta n.º 2



Em termos de representação gráfica,

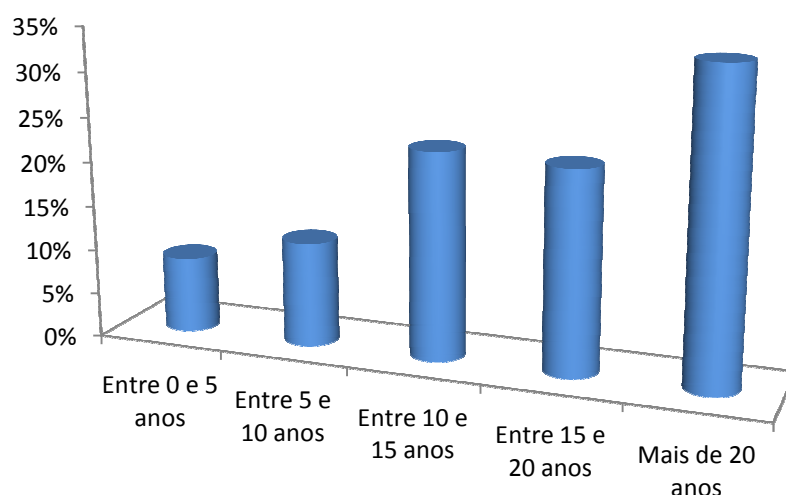


Gráfico n.º 2 – Representação gráfica do resultado da resposta à pergunta n.º 2

Pelo quadro e respetivo gráfico da resposta à pergunta n.º 2, verificamos que das 342 respostas obtidas, 117 trabalham há mais de 20 anos, 79 entre 10 e 15 anos e 77 entre 15 e 20 anos. Constatamos que a maior parte da nossa amostra (57%) tem mais de 15 anos de experiência, o que nos permite concluir que as respostas obtidas são de TOC's com uma vasta experiência na área.

### ***Pergunta 3 – Forma de Trabalho***

Opções	Número de Respostas	Percentagem (%)
TOC - Trabalhador por conta de outrem	162	47,37%
TOC - Empresário em nome individual	28	8,19%
TOC - Responsável Técnico de Sociedade de Contabilidade	117	34,21%
TOC - Sociedade de Profissionais	30	8,77%
N/A	5	1,46%
<b>Total Geral</b>	<b>342</b>	<b>100%</b>

Quadro n.º 3 – Resultado da resposta à pergunta n.º 3

Em termos de representação gráfica,

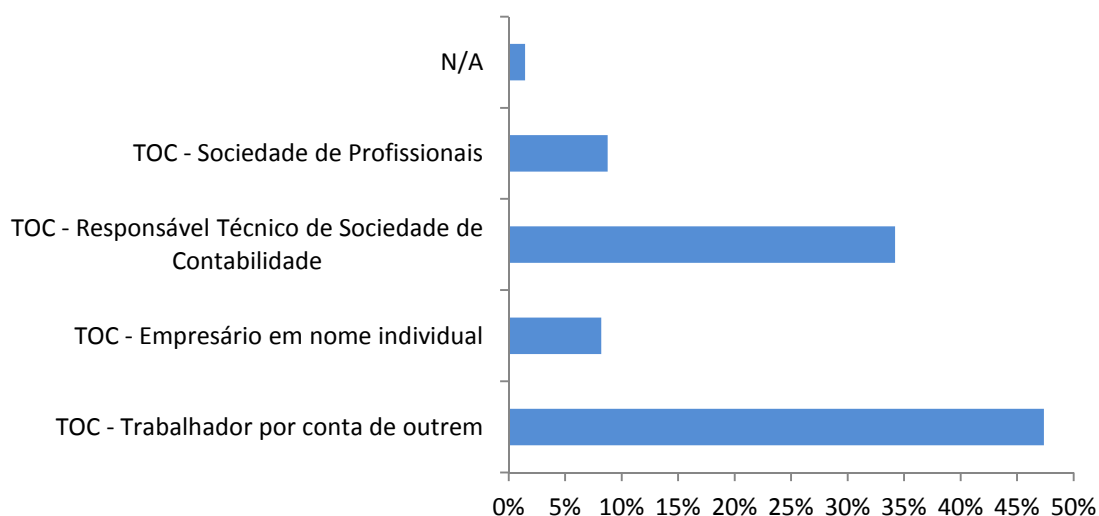


Gráfico n.º 3 – Representação gráfica do resultado da resposta à pergunta n.º 3

No que à forma de trabalho dos nossos entrevistados diz respeito, aferimos que 162 TOC's são TOC's por conta de outrem, 117 são Responsáveis Técnicos de Sociedades de Contabilidade, enquanto 30 são TOC's - Sociedade de Profissionais e 28 TOC's - Empresário em nome individual. Quase 50% da nossa amostra é constituída por TOC's por conta de outrem (47%).

Mostramos, de seguida os resultados obtidos das respostas sobre a Demonstração de Fluxos de Caixa:

***Pergunta 4 – Na sua atividade profissional participa ou participou na elaboração da Demonstração de Fluxos de Caixa?***

Opções	Número de Respostas	Percentagem (%)
Sim	269	78,65%
Não	73	21,35%
<b>Total Geral</b>	<b>342</b>	<b>100%</b>

Quadro n.º 4 – Resultado da resposta à pergunta n.º 4

Em termos de representação gráfica,

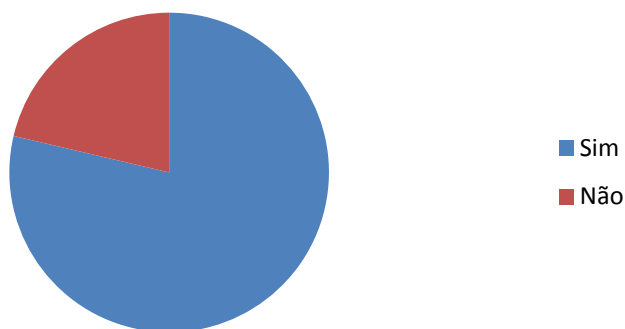


Gráfico n.º 4 – Representação gráfica do resultado da resposta à pergunta n.º 4

Na resposta à questão número 4, quem respondesse “Não”, passaria de imediato à resposta número 9, pois não poderiam responder às questões seguintes que se relacionam com a elaboração da Demonstração de Fluxos de Caixa. Assim podemos concluir que 79% das respostas obtidas são relevantes para percebermos as dificuldades encontradas na elaboração desta demonstração. Como vemos no gráfico, mais de metade dos entrevistados participou ou participa na elaboração da DFC.

***Pergunta 5 – Como procede (u) à sua elaboração?***

Opções	Número de Respostas	Percentagem (%)
Manualmente	100	37,17%
Através de um programa informático	138	51,30%
Outra	6	2,23%
Misto	25	9,29%
<b>Total Geral</b>	<b>269</b>	<b>100%</b>

Quadro n.º 5 – Resultado da resposta à questão n.º 5

Em termos de representação gráfica,

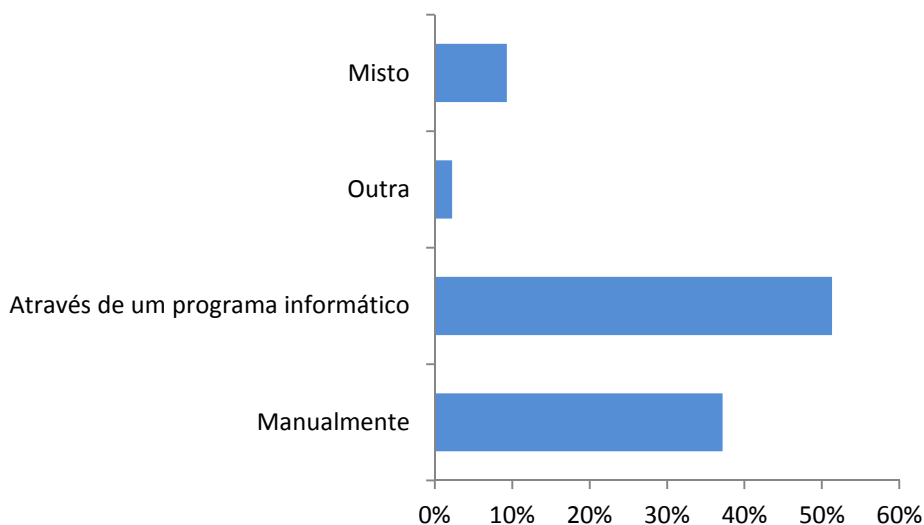


Gráfico n.º 5 – Representação gráfica do resultado da resposta à pergunta n.º 5

Podemos verificar que 52% dos inquiridos elaboram ou elaboraram a DFC através de um programa informático, enquanto 37% o fazem manualmente. Temos ainda 9% da nossa amostra que utiliza estes dois métodos em simultâneo, enquanto 2% responderam que utilizavam outra forma de elaborar esta DF, apesar de não terem especificado qual.

Constatamos que as duas formas que os TOC's mais utilizam para elaborarem a DFC é através de um programa informático ou manualmente.

***Pergunta 6 – Com que frequência elabora (ou) a Demonstração de Fluxos de Caixa?***

Opções	Número de Respostas	Percentagem (%)
Mensalmente	30	11,15%
Semestralmente	14	5,20%
Anualmente	225	83,64%
<b>Total Geral</b>	<b>269</b>	<b>100%</b>

Quadro n.º 6 – Resultado da resposta à pergunta n.º 6

Em termos de representação gráfica,

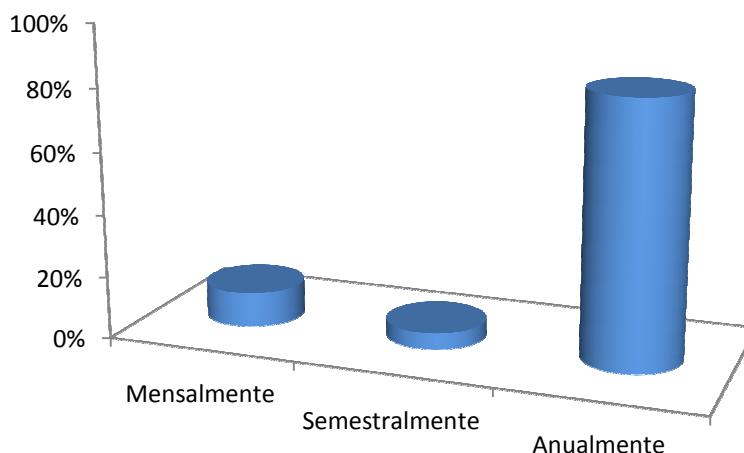


Gráfico n.º 6 – Representação gráfica do resultado da resposta à pergunta n.º 6

Verificamos que das 269 respostas obtidas, 225 afirmaram que apenas elaboram a Demonstração de Fluxos de Caixa anualmente (quase 85%), 30 TOC's fazem-no mensalmente e 14 semestralmente. Podemos concluir que, maioritariamente, a DFC é elaborada anualmente, o que possivelmente se deve à obrigação de apresentação desta Demonstração Financeira, como veremos na questão seguinte.

***Pergunta 7 – A sua elaboração deve (u) -se a:***

Opções	Número de Respostas	Percentagem (%)
Por obrigação de normativo contabilístico	218	81,04%
Exigência por parte de administradores, diretores e gerentes	17	6,32%
Para efeitos de gestão de tesouraria	27	10,04%
Outra	7	2,60%
<b>Total Geral</b>	<b>269</b>	<b>100%</b>

Quadro n.º 7 – Resultado da resposta à pergunta n.º 7

Em termos de representação gráfica,

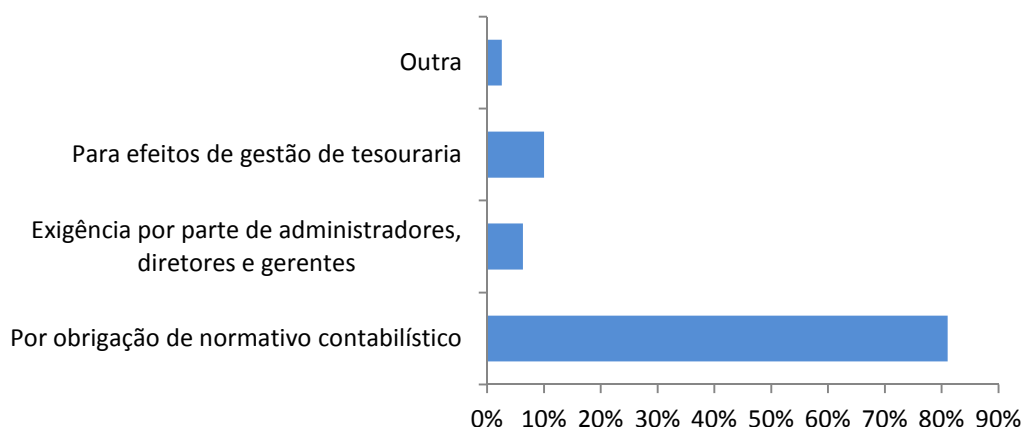


Gráfico n.º 7 – Representação gráfica do resultado da resposta à pergunta n.º 7

Na questão anterior, concluímos que 225 dos inquiridos elaboram a Demonstração de Fluxos de Caixa anualmente e desses 225, 218 fazem-no por obrigação de normativo contabilístico, apenas 27 o fazem para efeitos de gestão da tesouraria e 17 por exigência de administradores, gerentes ou diretores.

Pelo gráfico, verificamos que 80% dos TOC's inquiridos apenas elaboram e apresentam esta Demonstração Financeira porque é uma obrigação imposta pelo SNC.

***Pergunta 8 – Sentiu dificuldades na sua elaboração?***

Opções	Número de Respostas	Percentagem (%)
Não	174	64,68%
Sim	95	35,32%
<b>Total Geral</b>	<b>269</b>	<b>100%</b>

Quadro n.º 8 – Resultado da resposta à pergunta n.º 8

Em termos de representação gráfica,

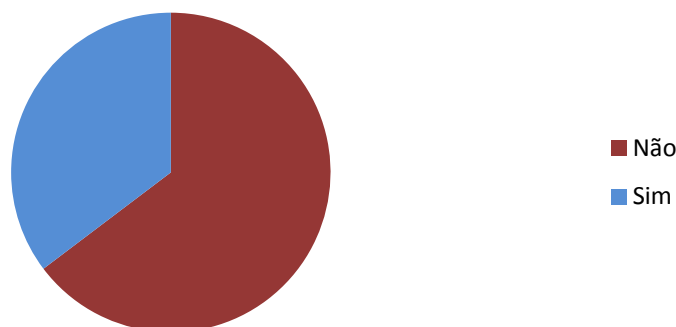


Gráfico n.º 8 – Representação gráfica do resultado da resposta à pergunta n.º 8

Mais de 50% das respostas obtidas, não sentiu dificuldades ao elaborar esta demonstração, contudo 95 TOC's têm ou tiveram dúvidas. Destes 95, 39 explicaram as suas dúvidas. Depois de analisadas, podemos concluir que as dúvidas se prendem com falta de informação/formação, dificuldades na alocação das rubricas a cada atividade, dificuldades inerentes aos programas informáticos.

Pelo gráfico, verificamos que mais de metade dos entrevistados não sentiu dificuldades na elaboração da Demonstração de Fluxos de Caixa.

***Pergunta 9 – É mais complexo apurar os fluxos de caixa relativos às:***

Opções	Número de Respostas	Percentagem (%)
Atividades Operacionais	192	56,14%
Atividades de Investimento	75	21,93%
Atividades de Financiamento	75	21,93%
<b>Total Geral</b>	<b>342</b>	<b>100%</b>

Quadro n.º 9 – Resultado da resposta à pergunta n.º 9

Em termos de representação gráfica,

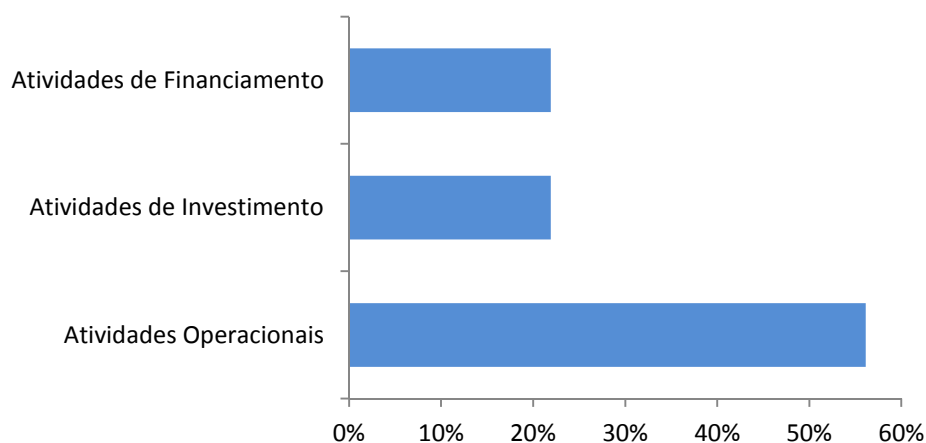


Gráfico n.º 9 – Representação gráfica do resultado da resposta à pergunta n.º 9

Das 342 respostas obtidas, 192 (56%) são da opinião que é mais complexo apurar as atividades operacionais, sendo que o restante se divide igualmente pelas atividades de investimento e de financiamento.

***Pergunta 10 – Na sua opinião, a apresentação dos fluxos de caixa deve adotar qual dos seguintes métodos?***

Opções	Número de Respostas	Percentagem (%)
Direto	317	92,69%
Indireto	25	7,31%
<b>Total Geral</b>	<b>342</b>	<b>100%</b>

Quadro n.º 10 – Resultado da resposta à pergunta n.º 10



Em termos de representação gráfica,

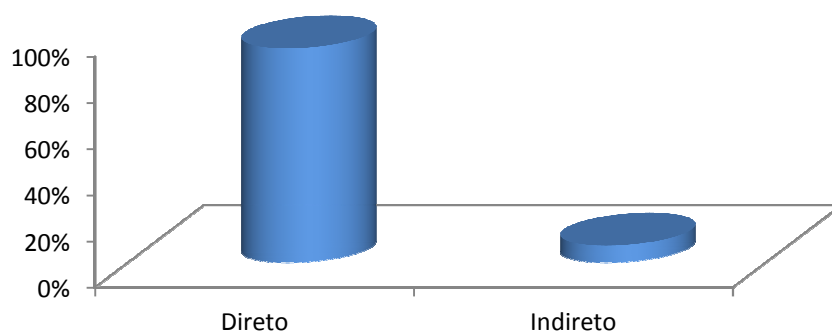


Gráfico n.º 10 – Representação gráfica do resultado da resposta à pergunta n.º 10

Quase a totalidade dos entrevistados são da opinião que a apresentação da DFC deve adotar o método direto, pelo que constatamos que a alteração imposta pelo SNC é encarada como uma mais-valia na apresentação desta DF.

***Pergunta 11 – Considera a Demonstração de Fluxos de Caixa uma fonte relevante de informação para analisar as Demonstrações Financeiras de uma empresa?***

Opções	Número de Respostas	Percentagem (%)
Sim	241	70,47%
Não	101	29,53%
<b>Total Geral</b>	<b>342</b>	<b>100%</b>

Quadro n.º 11 – Resultado da resposta à pergunta n.º 11

Em termos de representação gráfica,

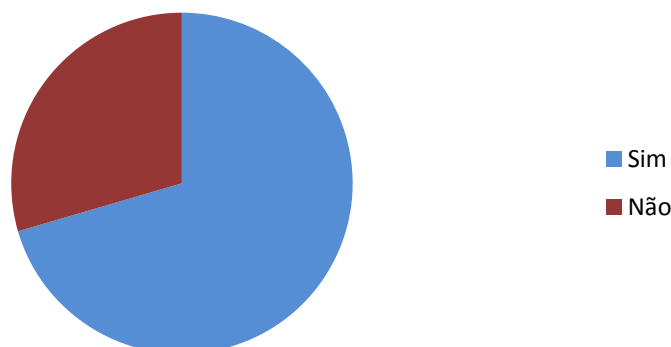


Gráfico n.º 11 – Representação gráfica do resultado da resposta à pergunta n.º 11

Dos TOC's que responderam ao questionário, 70% consideram a DFC importante para analisar as Demonstrações Financeiras de uma entidade e 30% não são da mesma opinião. Contudo, como mostramos anteriormente, na revisão teórica, esta demonstração é útil na análise de uma empresa e a maioria dos entrevistados são da mesma opinião.

***Pergunta 12 – Na sua opinião, os utilizadores da informação financeira valorizam a informação proporcionada pela Demonstração de Fluxos de Caixa?***

Opções	Número de Respostas	Percentagem (%)
Sim	109	31,87%
Não	233	68,13%
Total Geral	342	100%

Quadro n.º 12 – Resultado da resposta à pergunta n.º 12

Em termos de representação gráfica,

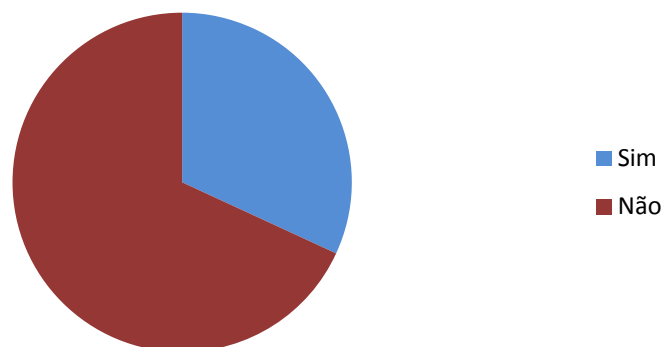


Gráfico n.º 12 – Representação gráfica do resultado da resposta à pergunta n.º 12

Apesar da utilidade e importância da DFC já demonstrada, para 68% dos inquiridos, os utilizadores da informação financeira não valorizam a informação facultada pela mesma, enquanto para 32% valorizam.

***Pergunta 13 – Na sua opinião, os administradores, gerentes, diretores tomam decisões com base na Demonstração de Fluxos de Caixa?***

Opções	Número de Respostas	Percentagem (%)
Sim	64	18,71%
Não	278	81,29%
Total Geral	342	100%

Quadro n.º 13 – Resultado da resposta à pergunta n.º 13

Em termos de representação gráfica,

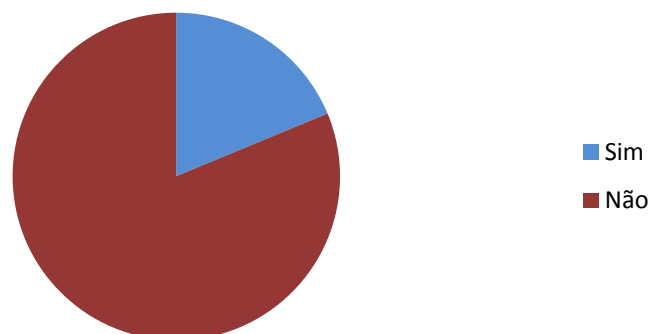


Gráfico n.º 13 – Representação gráfica do resultado da resposta à pergunta n.º 13

Pelo quadro e gráfico da resposta à pergunta n.º 13, podemos aferir que das 342 respostas obtidas, 278 (81%) são da opinião que os administradores, gerentes, diretores não se munem da Demonstração de Fluxos de Caixa para tomarem decisões.

***Pergunta 14 – Na sua opinião, como TOC, valoriza a informação proporcionada pela Demonstração de Fluxos de Caixa?***

Opções	Número de Respostas	Percentagem (%)
Sim	217	63,45%
Não	125	36,55%
<b>Total Geral</b>	<b>342</b>	<b>100%</b>

Quadro n.º 14 – Resultado da resposta à pergunta n.º 14

Em termos de representação gráfica,

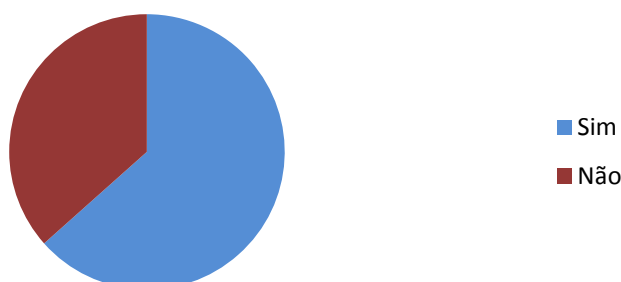


Gráfico n.º 14 – Representação gráfica do resultado da resposta à pergunta n.º 14

A maioria dos entrevistados (63%) valoriza a informação proporcionada pela Demonstração de Fluxos de Caixa, o que permite desde já concluir que a DFC é útil para os TOC's.

***Pergunta 15 – Acha que a Demonstração de Fluxos de Caixa deveria ser de aplicação obrigatória para todas as entidades?***

Opções	Número de Respostas	Percentagem (%)
Sim	102	29,82%
Não	240	70,18%
<b>Total Geral</b>	<b>342</b>	<b>100%</b>

Quadro n.º 15 – Resultado da resposta à pergunta n.º 15

Em termos de representação gráfica,

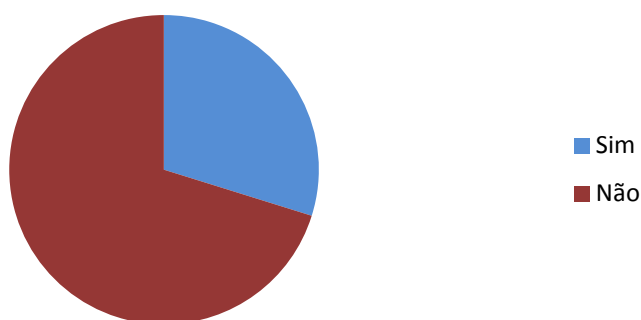


Gráfico n.º 15 – Representação gráfica do resultado da resposta à pergunta n.º 15

Como constatamos pelo quadro n.º 15 e pelo gráfico n.º 15, 240 TOC's da nossa amostra não considera pertinente a DFC ser de aplicação obrigatória em todas as empresas. Mas 102 TOC's são da opinião que esta Demonstração Financeira deveria ser aplicada em todas as entidades de forma obrigatória.

***Pergunta 16 – De 1 a 5<sup>3</sup>, como classifica a importância da Demonstração de Fluxos de Caixa como Demonstração Financeira?***

Opções	Número de Respostas	Porcentagem (%)
1	34	9,94%
2	46	13,45%
3	134	39,18%
4	98	28,65%
5	30	8,77%
<b>Total Geral</b>	<b>342</b>	<b>100%</b>

Quadro n.º 16 – Resultado da resposta à pergunta n.º 16

Em termos de representação gráfica,

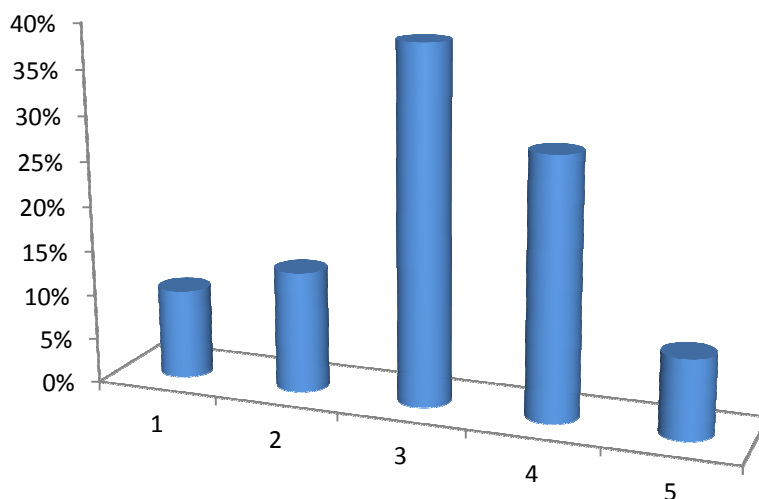


Gráfico n.º 16 – Representação gráfica do resultado da resposta à pergunta n.º 16

Para 134 dos 342 TOC's esta Demonstração Financeira apresenta uma importância considerada razoável, enquanto 98 inquiridos a consideram boa. Apenas 34 a consideram muito fraca e 30 muito boa.

Como mostra o gráfico n.º 16, para 40% esta apresenta uma importância razoável e para 30% é uma boa demonstração. Podemos concluir que a informação contida na DFC é considerada de razoável a boa na opinião de 70% dos nossos entrevistados.

<sup>3</sup> Considerando: 1 – muito fraco, 2 – fraco, 3 – razoável, 4 – bom, 5 – muito bom

***Pergunta 17 – Outras considerações relevantes que queira evidenciar sobre a Demonstração de Fluxos de Caixa***

A esta questão, obtivemos apenas 17 respostas, mas estas consideram a DFC muito importante, mostram a realidade do que se passa no universo das empresas em Portugal, têm algumas dificuldades em atribuir-lhe utilidade e outras são contra esta DF. Passamos de seguida a citá-las:

- ☞ *“A Demonstração de Fluxos de Caixa é uma fonte de informação importantíssima, mas como é desconhecida da maioria, não é utilizada como fonte de informação”;*
- ☞ *“A Demonstração de Fluxos de Caixa, em termos de importância, está ao mesmo nível da Demonstração dos Resultados, já que se esta evidencia o resultado económico, a DFC evidencia o resultado financeiro”;*
- ☞ *“A DFC tem mais importância consoante a dimensão da empresa. Se for uma pequena entidade não tem interesse algum”;*
- ☞ *“Ainda é uma demonstração muito desconhecida na sua elaboração pelo método direto e a opção pelo método indireto é muitas vezes incorretamente utilizada”;*
- ☞ *“Considero a elaboração da Demonstração de Fluxos de Caixa uma pura perda de tempo e recursos”;*
- ☞ *“Considero uma Demonstração de elevado interesse, autonomamente e conjugada com as restantes demonstrações. Para além disso, pode dar uma "ajuda preciosa" ao TOC, designadamente quando têm que explicar aos empresários "onde está" o dinheiro resultante dos resultados económicos (lucros) que lhes apresentamos”;*
- ☞ *“Constato que atualmente poucas entidades elaboram de forma correta a Demonstração de Fluxos de Caixa pelo método direto”;*
- ☞ *“Deveria haver mais formação sobre a análise e leitura da DFC”;*
- ☞ *“É a Demonstração Financeira com menor erro ou possibilidade de contabilidade "criativa". É possível "manipular" uma Demonstração dos Resultados ou um Balanço. A DFC reflete a realidade dos fluxos que importa”;*

- ☛ *“Esta é a única demonstração que revela o estado da tesouraria, condição muito importante numa empresa e que não está refletida nas demonstrações obrigatórias”;*
- ☛ *“Felizmente a DFC é feita quase automaticamente pelo programa”;*
- ☛ *“Melhor explicitação dos gastos/rendimentos financeiros que devem ser considerados nas atividades financeiras (Desc. P.P., Rappel, etc.)”;*
- ☛ *“Não tem qualquer interesse seja nas micro, pequenas e médias empresas. O MOAF é de maior interesse”;*
- ☛ *“O custo benefício do documento é negativo pelo que sugiro banir o mapa das obrigatoriedades da sua apresentação”;*
- ☛ *“Os fluxos de caixa deviam ser uma ferramenta com relevância na atividade das empresas, mas com as dificuldades que as empresas têm, as decisões são tomadas de acordo com as dificuldades diárias e não baseadas nos fluxos”;*
- ☛ *“Sendo uma demonstração financeira relevante, deve ser considerada em conjunto com outras para uma análise financeira global. Parece-me, também, que obstante a sua importância, os destinatários da informação deveriam dar mais relevância e atenção ao seu objetivo”;*
- ☛ *“Ser apenas utilizada quando fosse relevante para decisões de gestão e/ou investidores e não por imperativo legal”.*



## 5. Discussão dos Resultados

O tratamento e análise dos dados constantes neste estudo permite-nos avançar com as conclusões mais relevantes.

A nossa amostra, constituída por respostas de 342 TOC's, na grande maioria licenciados, com uma experiência vasta de mais de quinze anos e trabalhadores por conta de outrem, possibilitaram-nos perceber qual a utilidade da Demonstração de Fluxos de Caixa para eles e para o meio em que estão inseridos.

Ao questionarmos os nossos entrevistados que elaboram a DFC (269), constatamos que a forma mais utilizada para o preenchimento da mesma é através de um programa informático, contudo foram apontados vários senãos neste sentido, pois os TOC's apresentam dificuldades ao nível da alocação das rubricas e ao nível dos respetivos programas.

Verificamos que 84% dos nossos entrevistados elaboram a DFC anualmente por obrigação de normativo contabilístico. Apenas 10% o fazem para efeitos de gestão de tesouraria, o que nos permite concluir que os administradores, gerentes, diretores não tomam decisões com base na informação disponibilizada pela DFC, como demonstram 278 TOC's na resposta à pergunta n.º 13.

Apesar de 65% dos nossos inquiridos não sentirem dificuldades na elaboração desta DF, os 35% que sentiram explicaram que estas se prendem com as rubricas da demonstração, com os programas informáticos e, maioritariamente com falta de informação/formação. Constatamos também que mais de metade da amostra considera as atividades operacionais como as mais complexas para apurar.

Através deste questionário, concluímos que 93% dos nossos entrevistados concordam com a alteração para a apresentação da DFC exclusivamente pelo método direto imposta pelo SNC visto que são da opinião que este é o melhor método para apurar as variações de caixa e seus equivalentes. 240 respostas não reconhecem vantagens na aplicação obrigatória da DFC em todas as entidades, nas micro e pequenas empresas não se justifica.

É da opinião geral dos nossos inquiridos que esta Demonstração é uma fonte relevante de informação para analisar as DF's de uma empresa (70%) e eles próprios a enaltecem, 63% dos TOC's valorizam esta DF e 39% consideram que apresenta uma importância razoável, enquanto 29% a classificam como boa, como mostram algumas respostas dadas pela nossa amostra:

*“A Demonstração de Fluxos de Caixa é uma fonte de informação importantíssima (...)”;*

*“A Demonstração de Fluxos de Caixa, em termos de importância, está ao mesmo nível da Demonstração dos Resultados (...)”;*

*“Esta é a única demonstração que revela o estado da tesouraria, condição muito importante numa empresa e que não está refletida nas demonstrações obrigatórias”.*

Os resultados obtidos permitiram-nos atingir o nosso objetivo principal baseado na nossa hipótese do estudo, conseguimos mostrar que a DFC tem utilidade e importância para os TOC's e que é uma Demonstração Financeira bastante vantajosa no processo de tomada de decisão e na avaliação do desempenho financeiro de qualquer entidade, apesar dos utilizadores da informação financeira não valorizarem essa informação, na opinião dos TOC's.

## Conclusões

Ao longo deste trabalho foi analisada a Demonstração de Fluxos de Caixa em várias vertentes, como sendo, a sua história, conceitos e objetivos a ela associados, a sua elaboração, conteúdo e importância, as diferenças entre a norma que atualmente preconiza o seu tratamento (NCRF 2) e a IAS 7 (norma de referência). Como objeto de estudo foi realizado um questionário aos Técnicos Oficiais de Contas, com o objetivo de percebermos, na sua opinião, qual a utilidade e importância que atribuem a esta demonstração, assim como qual a importância que os gestores das empresas onde exercem funções lhe atribuem.

Concluimos que a DFC é uma das principais DF's, na opinião dos TOC's, em virtude de apresentar o caixa e seus equivalentes divididos por atividades – operacionais, de investimento e de financiamento – o que permite analisar a capacidade da empresa gerar e utilizar os meios monetários de forma adequada e, por isso, constitui uma atividade fundamental como forma de apoio à tomada de decisão.

As atividades operacionais, onde os TOC's reconhecem mais dificuldades, são as principais atividades produtoras de rendimento das empresas. As atividades de investimento incluem a aquisição e alienação de ativos, enquanto as atividades de financiamento mostram as alterações na dimensão e composição do capital próprio bem como empréstimos obtidos pela entidade.

No que concerne às diferenças encontradas entre a NCRF 2, após a adoção do SNC, face à norma de referência, a IAS 7, pudemos constatar que a principal diferença prende-se com o método de apresentação. A NCRF 2 apenas permite que seja utilizado o método direto, pelo qual são evidenciadas as classes dos recebimentos e pagamentos brutos de caixa, ao contrário da IAS 7 que permitia além deste, também a utilização do método indireto.

De acordo com vários autores, a informação disponibilizada pela Demonstração de Fluxos de Caixa é relevante, contudo, é limitada e deve ser analisada em conjunto com as outras Demonstrações Financeiras, o que permite informação importante para a avaliação das empresas, para a deteção de sinais de alerta.

Apesar da Demonstração de Fluxos de Caixa ter um papel importante na análise financeira e ajudar a uma tomada de decisão mais informada, os administradores, gerentes, diretores e, de uma forma geral, os utilizadores da informação financeira, não tomam decisões nem valorizam esta demonstração. Seria importante disponibilizar mais informação e dar mais

formação, uma das sugestões apresentadas pelos inquiridos, sobre esta demonstração de modo a que os utilizadores da informação financeira compreendam que esta Demonstração Financeira, aliada às outras, permite-lhes ter uma noção completa e clara da posição e do desempenho financeiro de uma empresa.

Em síntese, relativamente à hipótese do estudo previamente definida, podemos afirmar que os TOC's valorizam e atribuem utilidade a esta DF, mas será necessária muita informação para que a Demonstração de Fluxos de Caixa esteja ao mesmo nível das outras Demonstrações Financeiras e para que os utilizadores da informação financeira percebam as suas inúmeras vantagens e que é um importante instrumento de análise para as entidades.

Como limitações ao estudo salientamos o número reduzido de artigos, estudos e livros recentes relacionados com este tema e as dificuldades sentidas na obtenção de um número ainda maior de respostas ao nosso questionário, não obstante os esforços realizados e os questionários entregues. Todavia, acreditamos que o número obtido permite efetuar a análise à hipótese inicialmente formulada.

Quanto às possíveis sugestões para trabalhos futuros sugerimos uma análise através de questionários similares, a gestores, diretores, administradores de empresas de um determinado sector ou de grandes empresas para verificarmos qual a utilidade que atribuem à Demonstração de Fluxos de Caixa, assim como a estudantes universitários de contabilidade para compreendermos qual a perceção que têm acerca desta Demonstração Financeira.

## Referências Bibliográficas

Allayannis, G. e Mozumdar, A. (2004). The impact of negative cash flow and influential observations on investment-cash flow sensitivity estimates. *Journal of Banking & Finance*. 28: 901-930;

Almeida, L. e Freire, T. (2003). *Metodologia da Investigação em Psicologia e Educação*. Psiquilibrios. Braga.

Amaral, H. e Santiago, W. (2003). Demonstração dos fluxos de caixa: uma contribuição para a evidenciação contábil. *Revista Produção*. 13, n.º 2: 102-113;

Araújo, F. e Holanda, M. (2004). *Fluxo de Caixa – Importância, Composição e Aplicação nas Empresas*. MBA em Controladoria e Finanças. UniGranRio – Universidade do Grande Rio. Acedido em <http://www.portaladm.adm.br/CI/CI15.pdf> em 23 de outubro de 2012;

Araújo, J. (2008). Demonstração dos Fluxos de Caixa. *TOC 101 – Agosto 2008*, pp. 25-28. Acedido em [http://www.otoc.pt/downloads/files/1219166376\\_25a28\\_contabilidade.pdf](http://www.otoc.pt/downloads/files/1219166376_25a28_contabilidade.pdf) em 25 de outubro de 2012;

Azevedo, S. (2012). *A Importância dos Fluxos de Caixa na Análise da Solvência, Liquidez e Viabilidade das Empresas*. Dissertação de Mestrado em Auditoria. Instituto Superior de Contabilidade e Administração do Porto;

Barata, A. (1999). *Análise dos Fluxos Monetários*. Revista de Contabilidade e Comércio. LV1, n.º 221;

Barbosa, J. (2011). *NCRF 2 – Demonstração dos Fluxos de Caixa e suas Implicações Fiscais e de Auditoria*. Dissertação de Mestrado em Auditoria. Instituto Superior de Contabilidade e Administração do Porto;

Borges, M., Nunes, S. e Alves, M. (2012). A Demonstração dos Fluxos de Caixa e sua contribuição para uma tomada de decisão mais informada. *Revista Universo Contábil*. 8, nº1: 141-158;

Braga, R. (2001). Avaliação da Liquidez das Empresas através da Análise da Demonstração dos Fluxos de Caixa. *Revista Contabilidade & Finanças FIPECAFI – FEA – USP*. 14: 6-23;

Caiado, A. e Gil, P. (1996). *Fluxo de Caixa – Conceção de uma Base de dados para a Elaboração da Demonstração dos Fluxos de Caixa*. 2ª Edição, Rei dos Livros. Lisboa;

Caiado, A. e Gil, P. (2000). *A Demonstração dos Fluxos de Caixa*. Vislis Editores. Lisboa;

Caiado, A. E Gil, P. (2004). *Metodologias de Elaboração dos Fluxos de Caixa*. Áreas Editora. Lisboa;

Carmo, H. e Ferreira, M. (1998). *Metodologia da Investigação - Guia para auto-aprendizagem*. Universidade Aberta;

Carqueja, H. (2007). Teoria da Contabilidade – Uma interpretação. *Revista de Estudos Politécnicos*. Vol. IV, n.º 7: 7-40. Acedido em 21 de abril de 2013 em <http://www.scielo.oces.mctes.pt/pdf/tek/n7/v4n7a02.pdf>;

Chay, J. e Suh, J. (2009). Payout policy and cash-flow uncertainty. *Journal of Financial Economics*. 93: 88-107;

Código das Sociedades Comerciais. Acedido em 20 de agosto de 2013 em [http://www.pgdlisboa.pt/leis/lei\\_mostra\\_articulado.php?nid=524&tabela=leis](http://www.pgdlisboa.pt/leis/lei_mostra_articulado.php?nid=524&tabela=leis);

Comissão de Normalização Contabilística. (2005). *Plano Oficial de Contabilidade*. 23.ª edição, Porto Editora. Porto;

Comissão de Normalização Contabilística. (2009). *Sistema de Normalização Contabilística*. Porto Editora. Porto;

Conceição, S. (2012). *Estudo do controlo interno nas Instituições de Ensino Superior – contributo para a credibilidade da informação financeira*. Dissertação de Mestrado em Auditoria. Instituto Superior de Contabilidade e Administração do Porto;

Costa, R. (s/ data). *Demonstração dos Fluxos de Caixa (DFC): conceitos e estrutura*. Acedido em 02 de novembro de 2012 em

[http://www.fmpfm.edu.br/intercenciaesociedade/colecao/online/v1\\_n1/demonstracao\\_de\\_fluxos\\_2.pdf](http://www.fmpfm.edu.br/intercenciaesociedade/colecao/online/v1_n1/demonstracao_de_fluxos_2.pdf);

Cravo, D. (2009). *O regime de pequenas entidades no quadro do SNC*. Acedido em 21 de abril de 2013 em <http://www.otoc.pt/fotos/editor2/SNC-PequeenasEntidadesDis2509.pdf>;

Cravo, D. (2010). A importância da estrutura conceptual no contexto do novo Sistema de Normalização Contabilística. *Revista da Ordem dos Técnicos Oficiais de Contas – janeiro 2010*, pp. 15-20. Acedido em 21 de abril de 2013 em <http://www.otoc.pt/fotos/editor2/1-20.pdf>;

Dechow, P., Kothari, S. e Watts, R. (1998). The relation between earnings and cash flows. *Journal of Accounting and Economics*. 25: 133-168;

Decreto – Lei n.º 36-A/2011, de 9 de março. Diário da República, 1.ª série – n.º 48. Ministério das Finanças e da Administração Pública;

Drucker, P. (1992). *Administrando para o Futuro – os anos 90 e a virada do século*. Retirado de <http://books.google.pt/books?id=4oQICs8F6XQC&printsec=frontcover#v=onepage&q&f=false>;

Filho, A. (1999). *Demonstração dos Fluxos de Caixa – Uma Ferramenta Indispensável para Administrar sua Empresa*. Atlas. São Paulo;

Freitas, G. (2009). *SNC – Estrutura Conceptual*. Acedido em 20 de abril de 2013 em <http://www.otoc.pt/fotos/editor2/SNC%20-%20EstruturaConceptualDIS1409.pdf>;

Guimarães, J. (2009). *Fluxos de Caixa e Dinâmica Patrimonial (o caso português)*. Congresso Internacional de Contabilidade do Mundo Latino. Acedido em [http://www.infocontab.com.pt/download/XProlatino\\_JFCG.pdf](http://www.infocontab.com.pt/download/XProlatino_JFCG.pdf) em 28 de outubro de 2012;

Hertenstein, J. e McKinnon, S. (1997). Solving The Puzzle Of The Cash Flow Statement. *Business Horizons*. 69-76;

*International Accounting Standard 7 – Statement of cash flows* (2010). Acedido em [http://ec.europa.eu/internal\\_market/accounting/docs/consolidated/ias7\\_en.pdf](http://ec.europa.eu/internal_market/accounting/docs/consolidated/ias7_en.pdf) em 10 de fevereiro de 2013;

Kwok, H. (2002). The effect of cash flow statement format on lenders' decisions. *The International Journal of Accounting*. 37: 347-362;

Magalhães, A. e Martins, A. (s/ data). *Demonstração de Fluxos de Caixa*. Acedido em [http://mcguimaraes.jmmsroc.pt/relato/downloads/acetatos/1.13\\_Manual%20Curso%20sobre%20Fluxos%20de%20Caixa.pdf](http://mcguimaraes.jmmsroc.pt/relato/downloads/acetatos/1.13_Manual%20Curso%20sobre%20Fluxos%20de%20Caixa.pdf) em 02 de novembro de 2012;

Marques, J. (2001). Avaliação da Liquidez das Empresas Através da Análise da Demonstração de Fluxos de Caixa. *Revista Contabilidade & Finanças*, FIPECAFI – FEA – USP. 14, n.º 25: 6-23;

McInnis, J. e Collins, D. (2011). The effect of cash flow forecasts on accrual quality and benchmark beating. *Journal of Accounting and Economics*. 51: 219-239;

Megan, O., Hategan, C., Cactuc, L. e Cotlet, B. (2009). The Cash-Flow Statement – Between True and Manipulation. *Annals of the University of Petrosani, Economics*. 9 (2): 127-136;

Menezes, N. (2013). *O Controlo Interno e as Autarquias Locais*. Dissertação de Mestrado em Auditoria. Instituto Superior de Contabilidade e Administração do Porto;

Quivy, R. e Campenhoudt, V. (2005). *Manual de Investigação em Ciências Sociais*. Gradiva. Lisboa;

Roberto, J. (s/ data). *A importância do Fluxo de Caixa Nas Empresas*. Acedido em em 15 de outubro de 2012 em <http://www.webartigos.com/artigos/a-importancia-do-fluxo-de-caixa-nas-empresas/10246/>;

Rodrigues, J. (2009). *Sistema de Normalização Contabilística Explicado*. Porto Editora. Porto;

Rodrigues, L. e Pereira, A. (2004). *Manual de Contabilidade Internacional: A Diversidade Contabilística e o Processo de Harmonização Internacional*. Publisher Team. Lisboa;

Santos, L. (2004). *Fluxos de Caixa*. 3ª Edição, Vida Económica. Porto;



Silva, E. (2007). *Gestão Financeira – Análise de Fluxos Financeiros*. Vida Económica. Porto;

Silva, E. e Martins, C. (2011). Classe I – *Meios Financeiros Líquidos – abordagem contabilística, fiscal e auditora*. Vida Económica. Porto;

Silva, E. e Martins, C. (2012). *Demonstração de Fluxos de Caixa*. Vida Económica. Porto;

Simões, A. (2009). *Fluxo de Caixa – Proposta de um modelo adaptado para micro e pequenas empresas*. Departamento de Economia, Gestão e Engenharia Industrial. Universidade de Aveiro;

Spadin, C. (2008). A importância da Demonstração dos Fluxos de Caixa enquanto instrumento gerencial para a tomada de decisão. *Revista de Ciências Gerenciais*. XII, nº 14: 167-177.

# **Anexo - Questionário**

## A utilidade da Demonstração de Fluxos de Caixa na Ótica dos Técnicos Oficiais de Contas

Eu, Ana Luísa Magalhães Fonseca, aluna do Mestrado de Contabilidade e Finanças no Instituto Superior de Contabilidade e Administração do Porto, venho por este meio solicitar a sua colaboração no preenchimento deste questionário, que se insere na minha dissertação, orientada pelo professor especialista Carlos Martins, subordinada ao Tema “A Utilidade da Demonstração de Fluxos de Caixa na Ótica dos Técnicos Oficiais de Contas”.

O objetivo deste questionário é averiguar a importância que os TOC's atribuem a esta demonstração e perceber as suas dificuldades na elaboração e interpretação da Demonstração de Fluxos de Caixa.

Todas as informações recolhidas são estritamente confidenciais e destinam-se ao tratamento no âmbito da dissertação atrás mencionada.

Leia atentamente cada uma das questões e responda assinalando um x na que mais concorda. Na questão com escala considere que 1 é muito fraco e 5 é muito bom.

### 1. Habilitações Académicas

- ☐ Bacharelato
- ☐ Licenciatura
- ☐ Mestrado
- ☐ Doutoramento
- ☐ Outra \_\_\_\_\_

### 2. Anos de experiência profissional

- ☐ Entre 0 e 5 anos
- ☐ Entre 5 e 10 anos
- ☐ Entre 10 e 15 anos
- ☐ Entre 15 e 20 anos
- ☐ Mais de 20 anos

### 3. Forma de Trabalho

- ☐ TOC – Trabalhador por conta de outrem
- ☐ TOC – Empresário em nome individual
- ☐ TOC – Responsável Técnico de Sociedade de Contabilidade
- ☐ TOC – Sociedade de Profissionais

### 4. Na sua atividade profissional participa ou participou na elaboração da Demonstração de Fluxos de Caixa?

- ☐ Sim
- ☐ Não

Se a sua resposta for negativa, passe à questão nº 9.

### 5. Como procede(u) à sua elaboração?

- ☐ Manualmente
- ☐ Através de um programa informático
- ☐ Outra \_\_\_\_\_

6. Com que frequência elabora(ou) a Demonstração de Fluxos de Caixa?
- ☐ Mensalmente
- ☐ Semestralmente
- ☐ Anualmente
7. A sua elaboração deve(u)-se a:
- ☐ Por obrigação de normativo contábilístico
- ☐ Exigência por parte de administradores, diretores e gerentes
- ☐ Para efeitos de gestão de tesouraria
- ☐ Outra \_\_\_\_\_
8. Sente(iu) dificuldades na sua elaboração?
- ☐ Não
- ☐ Sim. Quais? \_\_\_\_\_
9. É mais complexo apurar os fluxos de caixa relativos às:
- ☐ Atividades Operacionais
- ☐ Atividades de Investimento
- ☐ Atividades de Financiamento
10. Na sua opinião, a apresentação dos fluxos de caixa deve adotar qual dos seguintes métodos:
- ☐ Direto ☐ Indireto
11. Considera a Demonstração de Fluxos de Caixa uma fonte relevante de informação para analisar as Demonstrações Financeiras de uma empresa?
- ☐ Sim ☐ Não
12. Na sua opinião, os utilizadores da informação financeira valorizam a informação proporcionada pela Demonstração de Fluxos de Caixa?
- ☐ Sim ☐ Não
13. Na sua opinião, os administradores, gerentes, diretores tomam decisões com base na Demonstração de Fluxos de Caixa?
- ☐ Sim ☐ Não
14. Na sua opinião, como TOC, valoriza a informação proporcionada pela Demonstração de Fluxos de Caixa?
- ☐ Sim ☐ Não
15. Acha que a Demonstração de Fluxos de Caixa deveria ser de aplicação obrigatória para todas as entidades?
- ☐ Sim ☐ Não
16. De 1 a 5, como classifica a importância da Demonstração de Fluxos de Caixa como Demonstração Financeira?
- ☐ 1 ☐ 2 ☐ 3 ☐ 4 ☐ 5
17. Outras considerações relevantes que queira evidenciar sobre a Demonstração de Fluxos de Caixa.

---

---

---